

Processo : 205.993-9/2017
Origem : PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
Setor :
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL
Interessado : PREFEITURA CANTAGALO
Observação : REF EXERC 2016

Senhor Coordenador-Geral,

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do município de **CANTAGALO**, relativa ao exercício de **2016**, sob a responsabilidade do **Sr. Saulo Domingues Gouvea** – chefe do Poder Executivo, constituindo os resultados gerais de sua atuação governamental, abrangendo os registros de todos os órgãos e entidades da administração indireta, inclusive fundos especiais.

I – INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Tribunais de Contas a competência para efetuar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública direta e indireta.

No âmbito desta competência, cabe a este Tribunal de Contas apreciar anualmente as contas de governo dos municípios a fim de possibilitar, mediante a emissão de parecer prévio, o julgamento pelo Poder Legislativo, conforme emana o artigo 125, incisos I e II da Constituição Estadual do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o chefe do Poder Executivo municipal fica obrigado a encaminhar a esta Corte a prestação de contas de governo contendo os elementos exigidos pela legislação vigente.

Diante da documentação encaminhada, esta Coordenadoria de Contas de Governo dos Municípios – CGM efetua a análise dos dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial apresentados pelo município, considerando os seguintes aspectos:

- **Limites Constitucionais**
 - Educação
 - Saúde
 - Repasse financeiro ao Poder Legislativo
- **Gestão Fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal)**
 - Equilíbrio financeiro
 - Limite de despesas com pessoal
 - Limite de endividamento
 - Metas anuais estabelecidas pela LDO
 - Previdência do servidor
 - Obrigações Contraídas em Final de Mandato
- **Gestão Orçamentária**
 - Orçamento
 - Autorização para abertura de créditos adicionais
 - Autorização para contratação de operações de crédito
- **Gestão Patrimonial**
 - Resultado patrimonial

➤ Saldo patrimonial

- **Royalties**

- **Controle Interno**

Neste exame são considerados as diretrizes e os mandamentos expressos na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, na Lei Federal n.º 4.320/64, na Lei Federal n.º 6.404/76 e suas alterações, bem como nas demais normas pertinentes editadas por esta Corte de Contas e por órgãos afins.

A análise das contas de governo abrange toda a administração direta e indireta municipal, não sendo alcançadas as empresas estatais não dependentes para efeito de consolidação das contas e apuração dos limites legais, por força do disposto no artigo 50, inciso III da LRF.

Cabe ressaltar que, apesar de o artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecer a emissão de parecer prévio separadamente, em relação às contas prestadas pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, também, do Ministério Público, seus efeitos foram suspensos em face de liminar concedida em 09/08/2007 pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI n.º 2238-5. Dessa forma, o presente relatório contém apenas o projeto de parecer prévio sobre as contas do prefeito, uma vez que as contas do chefe do Poder Legislativo serão efetivamente julgadas por esta Corte em processos específicos.

II – ASPECTOS FORMAIS

1) ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Segundo informações fornecidas pelo jurisdicionado (fls. 80) e dados existentes no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP deste Tribunal, o município é composto pelos órgãos e entidades relacionados a seguir:

Administração direta			
Órgão	Lei de criação	Operacionalizado (sim/não)	Contabilidade segregada (sim/não)
Prefeitura Municipal			
Câmara Municipal			
Fundo Municipal de Saúde	10/1988	SIM	SIM
Fundo Municipal de Assistência Social	213/1995	SIM	SIM
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	769/2006	SIM	SIM
Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	941/2009	SIM	SIM
Administração indireta			
Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal - IPAM	38/1990	SIM	SIM
Empresas públicas dependentes			
Não possui			
Empresas públicas não dependentes			
Não possui			

Fonte: relação dos órgãos, entidades e fundos especiais da administração municipal, fls. 80.

2) PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Esta prestação de contas foi encaminhada em **17/04/2017**, portanto, de forma **tempestiva**, conforme prazo fixado no artigo 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 199/96, uma vez que a Lei Orgânica não dispõe de forma diversa, visto que a sessão legislativa de 2017 foi inaugurada em 16/02/2017, conforme evidenciado às fls. 78.

3) DOCUMENTAÇÃO

3.1) ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

A prestação de contas de governo compõe-se da documentação prevista nas Deliberações TCE-RJ n.ºs 199/96, 215/00, 218/00 e 222/02, bem como de demais elementos solicitados por esta Corte, que possibilitem a verificação da observância, por parte do município, da legislação aplicável à matéria, em especial da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal n.º 101/00 (LRF).

Em face da ausência de alguns documentos quando da remessa da presente prestação de contas, foi formalizado o ofício regularizador (processo TCE-RJ n.º 207.324-6/17), apreciado pelo plenário, em sessão de 18/05/2017, sendo relator o Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia.

Em atendimento à decisão plenária, foram encaminhados os elementos constitutivos dos documentos TCE-RJ n.º 13.716-1/17 e 13.559-1/17.

O Anexo 1, às fls. 1015/1019, elenca todos os documentos encaminhados que fundamentam o presente relatório.

3.2) INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Relacionam-se a seguir os processos cadastrados neste Tribunal, referentes aos instrumentos de planejamento orçamentários, relativos à competência de 2016, que subsidiaram esta instrução processual:

Descrição	Fls.	Processo TCE-RJ n.º
Plano Plurianual – PPA	891/891v	201.616-9/14
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	895v/899	232.282-9/15
Lei Orçamentária Anual – LOA	796/823v	201.858-3/16

3.3) RELATÓRIO RESUMIDO – RREO e GESTÃO FISCAL – RGF

Demonstra-se a seguir a situação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal encaminhados a este Tribunal, referentes ao Poder Executivo, para fins de apuração dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Exercício de 2016		
Descrição	Processo TCE-RJ n.º	Impedimento de análise / Motivo
1º bimestre	215.833-3/16	(*)
2º bimestre	806.821-3/16	(*)
3º bimestre	813.784-0/16	-
4º bimestre	825.269-6/16	-
5º bimestre	827.938-3/16	(*)
6º bimestre	202.551-6/17	-

Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Exercício de 2016		
Descrição	Processo TCE-RJ n.º	Impedimento de análise / Motivo
1º semestre	813.785-4/16	-
2º quadrimestre	825.272-3/16	-
3º quadrimestre	202.552-0/17	-

(*) Os dados destes relatórios não são considerados para análise desta prestação de contas.

Conforme evidenciado no quadro anterior, foram encaminhados todos os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – CONSOLIDAÇÃO

1) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

De acordo com o artigo 2º da Deliberação TCE-RJ n.º 199/96, as prestações de contas de governo dos municípios devem ser apresentadas de forma consolidada, abrangendo os resultados gerais da gestão de todos os órgãos e entidades dos poderes do município, assim como dos fundos.

Foram encaminhadas as demonstrações contábeis consolidadas, conforme disposto na Deliberação TCE-RJ n.º 199/96. Registra-se que a elaboração destas demonstrações, de acordo com os procedimentos técnicos, deve ser realizada pelo contador da Prefeitura Municipal, por ser o responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, conforme estabelecido no artigo 3º da Resolução CFC n.º 560/83, e por concentrar, na maioria dos casos, as informações necessárias para efetuar os ajustes decorrentes da consolidação.

A implantação das novas regras para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovida pela União por meio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, exigiu dos municípios a adoção de diversos procedimentos no sentido de promover a adequação aos novos padrões, principalmente no que concerne ao sistema patrimonial.

Neste sentido, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei Federal n.º 4.320/64 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/12, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Ressalta-se que, de acordo com a Portaria STN n.º 634/13 c/c Portaria STN n.º 733/14, as demonstrações contábeis relativas ao exercício em análise devem ser elaboradas de acordo com as regras e estruturas estabelecidas na 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, aprovado pela Portaria STN n.º 700/14.

Verifica-se que o município de Cantagalo elaborou suas demonstrações contábeis observando as novas estruturas estabelecidas pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Por fim, a análise individual das contas dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, respectivamente, será efetuada nos processos

de ordenadores de despesas, enfatizando que a manifestação desta Corte acerca do parecer prévio não repercute ou condiciona qualquer posterior julgamento da responsabilidade de administradores e demais responsáveis.

2) ANEXOS EXIGIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei Complementar Federal n.º 101/00, no inciso III do artigo 50, dispõe sobre a escrituração e consolidação das contas, a saber:

As demonstrações contábeis compreenderão isolada e conjuntamente as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente. (grifo nosso)

Empresa estatal dependente, conforme definido no artigo 2º, inciso III da LRF, é a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Verifica-se que o município **não** possui empresas estatais dependentes.

2.1) RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

Nos exames dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO, referentes aos **3º, 4º e 6º bimestres**, foi constatada a consolidação dos dados das unidades gestoras do município.

2.2) RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF

Nos exames dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF de todos os períodos de 2016 foi constatada a consolidação dos dados das unidades gestoras do município.

IV – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

1) PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual descrito no § 1º do artigo 165 da CF é um plano de médio prazo, através do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de 4 (quatro) anos, devendo conter de forma regionalizada as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O plano plurianual para o quadriênio de 2014/2017 foi instituído pela Lei Municipal n.º 1.179, de 12/12/2013, cuja [publicação](#) encontra-se às fls. 891/891v (anexos da referida lei constam do processo TCE/RJ nº 201.616-9/14).

2) LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a norma que define as metas e prioridades em termos de programas a executar pelo governo.

De acordo com o § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, a LDO compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração do orçamento (Lei Orçamentária Anual), dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

As diretrizes para o exercício de 2016 foram estabelecidas através da Lei Municipal n.º 1.280, de 02/07/2015, cuja [publicação](#) encontra-se às fls. 895v/899.

3) LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A Lei Orçamentária Anual, de acordo com o § 5º do artigo 165 da CF, disciplina todos os programas e ações do governo no exercício, e compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente a todos os Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que, direta ou indiretamente, se detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Pode-se dizer que a LOA é um instrumento utilizado para a consequente materialização do conjunto de ações e objetivos que foram planejados visando ao melhor atendimento e bem estar da coletividade.

O orçamento geral do município para o exercício de 2016 foi aprovado pela Lei dos Orçamentos Anuais, n.º 1.297, de 07/12/2015, estimando a receita no valor de R\$ 91.251.500,00 e fixando a despesa em igual valor (fls. 796/823v).

3.1) AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

A autorização para abertura de créditos adicionais suplementares consta do artigo 4º, inciso II da LOA, o qual estabelece:

Art. 4º - (...)

II – Abrir créditos suplementares até 5% (cinco por cento) do total da despesa bruta autorizada, R\$ 91.251.500,00 (noventa e um milhões, duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais) alterando, se necessário, o Programa de Investimentos, assim como, criando

elementos de despesa dentro de cada projeto/atividade/operação especial existente, podendo o Poder Executivo efetuar remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programa para outra ou de um órgão para outro, desde que não inviabilize projetos em andamento.

(...)

Deve-se registrar ainda que foram estabelecidas exceções ao limite autorizado para a abertura de crédito, conforme inciso III do artigo 4º da LOA, *in verbis*:

Art. 4º - (...)

III – Não onerarão o limite previsto no inciso II, ficando o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos, após aprovação da Câmara Municipal:

a) Decorrentes de vinculações constitucionais, legais e de convênios, até os limites do excesso de arrecadação e das sobras de exercício anterior desses recursos;

b) Vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores a receber dentro do exercício, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;

c) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos”, “Juros e Encargos da Dívida”, “Amortização da Dívida”, “Despesas com Saúde e Educação”, até o limite dos valores atribuídos a cada grupo;

d) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas ao Programa de Previdência Municipal, até o limite equivalente ao valor de cada uma das ações que o compõem;

e) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Contribuição ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até o limite dos valores atribuídos nas ações;

f) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Precatórios Judiciais, até o limite dos valores atribuídos nas ações.

(...)

Dessa forma, foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares no valor de **R\$4.562.575,00**, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Valor - R\$
Total da despesa fixada	91.251.500,00
Limite para abertura de créditos suplementares 5,00%	4.562.575,00

Fonte: LOA – fls. 796/823v.

4) ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1) AUTORIZADOS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

De acordo com a relação apresentada pelo município à fl. 909, foram efetuadas as alterações orçamentárias evidenciadas no quadro a seguir:

			R\$
SUPLEMENTAÇÕES			
Alterações	Fonte de recursos	Anulação	3.915.839,97
		Excesso - Outros	0,00
		<i>Superavit</i>	0,00
		Convênios	689.995,32
		Operação de crédito	0,00
(A) Total das alterações			4.605.835,29
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)			145.000,00
(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)			4.460.835,29
(D) Limite autorizado na LOA			4.562.575,00
(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)			0,00

Fonte: LOA – fls. 796/823v; relação de decretos apresentada pelo município, fl. 909 e publicações – fls. 780/855.

Da análise do quadro anterior, conclui-se que a abertura de créditos adicionais **encontra-se dentro do limite** estabelecido na LOA, observando o preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

A seguir, é apresentado o decreto considerado como exceção, suficiente para o cumprimento do limite estabelecido na LOA:

Decreto n.º	Fls.	Exceções previstas na LOA – Valor (R\$)	Fundamentação legal na LOA
3.020/16	780	57.000,00	Art. 4º, inciso III, alínea c
		88.000,00	
Total (R\$)		145.000,00	

Fonte: relação de decretos apresentada pelo município, fl. 909 e publicações.

4.2) AUTORIZADOS POR LEIS ESPECÍFICAS

No que concerne aos créditos adicionais abertos em face de autorização em leis específicas, verifica-se a seguinte movimentação orçamentária:

Lei n.º	Fls.	Valor (R\$)	Decreto n.º	Fls.	Fonte de recurso					Tipo de crédito (1)
					Superavit	Excesso de arrecadação		Anulação	Operações de crédito	
						Convênios	Outros			
1.303/16	795	49.500,00	3.022/16	828				49.500,00		E
1.305/16	773	10.000,00	3.026/16	773				10.000,00		E
1.314/16	824	300.000,00	3.041/16	824		300.000,00				S
1.316/16	825	91.582,62	3.044/16	840		91.582,62				E
1.317/16	825	15.000,00	3.045/16	825				15.000,00		E
1.318/16	774	200.000,00	3.050/16	833				200.000,00		E
1.321/16	775	30.000,00	3.064/16	775				30.000,00		E
1.324/16	824	5.256.287,50	3.074/16	841				2.975.000,00		S
			3.080/16	842				327.000,00		S
			3.084/16	789				242.000,00		S
			3.085/16	846				103.121,77		S
			3.088/16	845				136.000,00		S
			3.089/16	845				401.100,00		S
			3.090/16	790				45.000,00		S
			3.091/16	844				60.293,00		S
			3.094/16	791				85.773,60		S
			3.099/16	849				877.864,00		S
Total		5.952.370,12	Total			391.582,62		5.557.652,37		

Fonte: relação de decretos apresentada pelo município (fls. 910/911) e publicações.

(1) Tipo de crédito: E – Especial

S – Suplementar

Do quadro anterior, conclui-se que a abertura de créditos adicionais **encontra-se dentro** do limite estabelecido nas leis autorizativas retro relacionadas, observando o preceituado no inciso V do artigo 167 da Constituição Federal.

5) DAS FONTES DE RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS

A análise das fontes de recursos para abertura de créditos adicionais tem por finalidade apurar se, quando da abertura do crédito, havia a indicação da fonte e, por conseguinte, a existência de recursos disponíveis, de modo a verificar se o planejamento primou pela preservação do equilíbrio orçamentário do exercício.

A abertura de créditos adicionais possibilita um aumento de despesas quando a mesma ocorre lastreada em fonte de recurso diversa da anulação de dotações orçamentárias. Por essa razão, é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem a indicação dos recursos correspondentes, conforme dispõe o artigo 167, inciso V, *in fine*, da Constituição Federal.

Portanto, resta clara a preocupação do legislador constituinte em preservar o equilíbrio orçamentário, de forma a não comprometer o resultado financeiro, bem como os orçamentos seguintes, consoante ao que estabelece a Lei Complementar Federal n.º 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Neste sentido, observa-se que decisões plenárias desta Corte de Contas não se restringem à simples análise da existência do recurso quando da abertura do crédito adicional, sendo considerado também o valor da economia orçamentária apurada ao final do exercício, como forma do gestor buscar o almejado equilíbrio orçamentário.

Diante disso, verifica-se que a finalidade a ser alcançada ao término da movimentação orçamentária do exercício é o equilíbrio entre receitas e despesas, isto é, a situação em que as despesas empenhadas não superam os recursos disponíveis, nestes incluído o *superavit* financeiro do exercício anterior, uma vez que se trata de fonte de recurso legalmente prevista para ser utilizada na abertura de créditos adicionais.

Não obstante, pode ocorrer situação em que a fonte de recurso indicada quando da abertura do crédito adicional seja insuficiente ou não venha a se confirmar, o que indicaria, a princípio, a existência de desvio capaz de comprometer o equilíbrio orçamentário do exercício.

Contudo, configurado tal caso, não estaria de pronto comprometida toda a gestão, uma vez que durante a execução orçamentária o gestor pode implementar medidas no sentido de corrigir o desequilíbrio orçamentário e financeiro iminentes, como, aliás, determina a própria Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, especialmente em seus artigos 1º e 9º, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (grifo nosso)

(...)

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Deste modo, esta análise se destina a verificar, inicialmente, se a totalidade de recursos financeiros existentes e disponíveis foi suficiente para suportar o total das despesas executadas no exercício, nestas já consideradas as despesas incluídas por meio da abertura de créditos adicionais.

Em caso positivo e, portanto, alcançado o esperado equilíbrio orçamentário, restaria configurada a adoção de medidas de controle e acompanhamento da execução orçamentária por parte do gestor durante o exercício, superando a

ausência de recurso porventura verificada no ato da abertura do crédito adicional, sendo, assim, prescindível a análise individual de cada fonte de recurso indicada nos referidos créditos, uma vez cumprido os mandamentos da LRF.

Por outro lado, constatada ao final do exercício a existência de desequilíbrio orçamentário, torna-se necessária a análise individual de cada fonte de recurso indicada no crédito adicional, de forma a identificar se o desequilíbrio orçamentário ocorreu em função da abertura do crédito sem a efetiva fonte de recurso, descumprindo, assim, as normas legais vigentes. Cabe ressaltar, no entanto, que a simples existência de desequilíbrio orçamentário não configura a abertura de crédito indevida, visto que tal desequilíbrio pode ter sido provocado, por exemplo, pela frustração das receitas inicialmente previstas na lei orçamentária.

Diante do exposto, demonstra-se, a seguir, o resultado orçamentário apresentado ao final do exercício, excluída a movimentação orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como os repasses financeiros (extraorçamentários) transferidos para o Instituto com vistas à cobertura de *deficit* financeiro:

RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO (EXCETO RPPS)	
Natureza	Valor - R\$
I - <i>Superavit</i> do exercício anterior	0,00
II - Receitas arrecadadas	69.842.251,53
III - Total das receitas disponíveis (I+II)	69.842.251,53
IV - Despesas empenhadas	66.817.773,64
V - Aporte financeiro (extraorçamentário) ao instituto de previdência	2.727.594,74
VI - Total das despesas realizadas (IV+V)	69.545.368,38
VII - Resultado alcançado (III-VI)	296.883,15

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16; Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls.174/179, Anexo 10 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 410/411; Anexo 11 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 180/186, Anexo 11 do RPPS da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 412/414 e Balanço financeiro do RPPS, fls. 418/419.

Como se observa, ao final do exercício, o município registrou um resultado positivo, já considerados todos os recursos disponíveis e todas as despesas realizadas, inclusive aquelas efetuadas por meio da abertura de créditos adicionais, cuja indicação dos recursos consta da análise efetuada anteriormente nos itens 4.1 e 4.2. Desse modo, conclui-se que o gestor adotou as medidas necessárias à preservação do equilíbrio orçamentário no exercício de 2016, já consideradas as alterações orçamentárias efetuadas, cumprindo, assim, as determinações legais pertinentes.

6) DEMONSTRATIVO RESUMIDO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante o exercício, ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de créditos adicionais relacionados às fls. 909/911, resultando em um orçamento final de R\$ 92.333.077,94, que representa um acréscimo de 1,19% em relação ao orçamento inicial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	91.251.500,00
(B) Alterações:	10.555.070,28
Créditos extraordinários 0,00	
Créditos suplementares 10.158.987,66	
Créditos especiais 396.082,62	
(C) Anulações de dotações	9.473.492,34
(D) Orçamento final apurado (A + B - C)	92.333.077,94
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64	92.333.077,94
(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)	0,00
(G) Orçamento registrado no Anexo 1 do RREO do 6º bimestre de 2016	92.333.078,00
(H) Divergência entre o orçamento apurado e o relatório resumido da execução orçamentária (D - G)	-0,06

Fonte: Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 180/186, e Anexo 01 do RREO do 6º bimestre/2016, processo TCE-RJ n.º 202.551-6/17.

O valor do orçamento final apurado **guarda** paridade com o registrado no [Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado](#) e no Anexo 1 – Balanço Orçamentário do

Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2016.

V – ANÁLISE DOS RESULTADOS

1) RECEITAS

1.1) DA PREVISÃO E ARRECADAÇÃO

O comportamento da arrecadação municipal no exercício de 2016 em comparação à previsão inicial resultou numa insuficiência de arrecadação de R\$10.305.375,60, conforme quadro a seguir:

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2016					
Natureza	Previsão Inicial R\$	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Variação	
				R\$	Percentual
Receitas correntes	85.801.500,00	85.801.500,00	75.570.633,87	-10.230.866,13	-11,92%
Receitas de capital	1.410.000,00	1.410.000,00	1.373.730,90	-36.269,10	-2,57%
Receita intraorçamentária	4.040.000,00	4.040.000,00	4.001.759,63	-38.240,37	-0,95%
Total	91.251.500,00	91.251.500,00	80.946.124,40	-10.305.375,60	-11,29%

Fonte: Previsão inicial: LOA, fls. 796/823v; Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179 e Balanço Orçamentário Consolidado, fls. 187/189.

Nota: nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

O valor da receita arrecadada informada no Balanço Orçamentário **guarda** paridade com o Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Verifica-se que o Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2016 registra uma receita arrecadada de R\$80.946.124,50, consoante à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

1.1.1) DA INSUFICIÊNCIA DA ARRECADAÇÃO APURADA

O município arrecadou 88,71% das receitas inicialmente previstas na Lei Orçamentária, conforme quadro a seguir:

ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2016			
Natureza	Previsão Inicial R\$	Arrecadação R\$	Variação %
Receita Total	91.251.500,00	80.946.124,40	88,71%

Fonte: Previsão inicial: LOA, fls. 796/823v e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179.

Embora não tenha alcançado o valor inicialmente previsto na LOA, o montante arrecadado encontra-se dentro do aceitável, considerando que a receita **se aproximou de** 90% do valor pretendido, não caracterizando, a princípio, a elaboração de um orçamento superestimado.

Não obstante, ressalta-se que, neste caso, o município deve proceder ao acompanhamento da execução orçamentária durante o exercício, de modo a evitar a ocorrência de desequilíbrio orçamentário, adotando para tanto as medidas previstas no artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00 – LRF, destacando que tal matéria é objeto de análise na presente instrução.

1.1.2) DA RECEITA POR HABITANTE:

Neste tópico, efetua-se a análise da receita corrente efetivamente arrecadada por número de habitantes, **já excluída a receita do Instituto de Previdência**, com vistas à apuração da capacidade de arrecadação *per capita*:

RECEITA CORRENTE ARRECADADA POR Nº DE HABITANTES 2016		
Receita corrente excluído o RPPS (A)	N.º de habitantes (B)	Receita por habitante (C) = (A/B)
68.468.520,63	19.727	3.470,80

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179 e IBGE *apud* Decisão Normativa n.º 157/2016 – TCU, fls. 976/978.

Nota: Valor da receita corrente do RPPS, R\$ 7.102.113,24 (fls. 410/411).

Para fins de comparação com os demais municípios e com base nas receitas arrecadadas em 2015 (última base de dados completa e disponível), verifica-se que o município ficou **acima** da média de arrecadação dos 91 municípios fluminenses (excluída a Capital), ocupando a 29ª posição, como segue:

RECEITA CORRENTE ARRECADADA POR Nº DE HABITANTES EM 2015

Município Valor R\$	Média dos 91 municípios R\$	Valor da maior arrecadação R\$	Valor da menor arrecadação R\$	Posição em relação aos 91 municípios
3.544,59	2.462,41	10.015,52	910,81	29ª

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e banco de dados da CGM.

No tocante à receita tributária diretamente arrecadada pelo município: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, taxas, dívida ativa, multa e juros, com base nas receitas arrecadadas em 2015 (última base de dados completa e disponível), verifica-se que o município ficou **abaixo** da média de arrecadação dos 91 municípios fluminenses (excluída a capital), ocupando a 36ª posição, como segue:

RECEITA TRIBUTÁRIA DIRETAMENTE ARRECADADA POR Nº DE HABITANTES EM 2015

Município Valor R\$	Média dos 91 municípios R\$	Valor da maior arrecadação R\$	Valor da menor arrecadação R\$	Posição em relação aos 91 municípios
382,76	627,04	3.878,39	100,92	36ª

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e banco de dados da CGM.

1.2) DA EVOLUÇÃO DA RECEITA

As receitas arrecadadas oriundas do poder de tributar do município representaram 6,95% do total arrecadado em 2016, sendo **inferior** ao apurado no exercício anterior.

Além das receitas arrecadadas em decorrência do seu poder de tributar, ocorreram transferências que constituem a mais significativa fonte de recursos do município, e representaram 79,55% do total arrecadado em 2016, sendo **superior** ao apurado no exercício anterior.

No quadro a seguir demonstra-se esta evolução:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
Descrição	Valor arrecadado em 2016 R\$	Participação em relação à Receita Total (Em %)	
		2016	2015
Receitas tributárias	5.627.530,02	6,95%	7,88%
Receitas de transferências	64.389.372,78	79,55%	78,64%
Outras receitas	10.930.395,90	13,50%	13,48%
(-) Deduções da receita - outras	1.174,30	0,00%	0,00%
Receita total	80.946.124,40	100,00%	
(-) Receitas intraorçamentárias	4.001.759,63		
Receita efetivamente arrecadada	76.944.364,77		

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls.174/179 e prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16.

Nota: nas receitas de transferências já estão consideradas as deduções para o Fundeb. [As deduções da receita indicadas no quadro referem-se às demais deduções.](#)

Receitas (deduções)	Valor – R\$
Transferências	74.366.057,28
(-) Fundeb	(9.976.684,50)
Valor líquido	64.389.372,78
Outras deduções	
Perdas em Investimentos em Renda Fixa	1.174,30
Total outras deduções	1.174,30

1.3) DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

As contas de dívida ativa tributária e não tributária são destinadas ao registro das inscrições, atualizações e baixas dos créditos devidos à fazenda pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao erário.

Verifica-se um [aumento](#) do saldo da dívida ativa na ordem de 10,96% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado:

DÍVIDA ATIVA		
Saldo do exercício anterior - 2015 (A) R\$	Saldo atual - 2016 (B) R\$	Variação % C = B/A
19.220.468,76	21.326.451,33	10,96%

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 912/917.

O valor cobrado no exercício de 2016 representou somente 1,48% do saldo existente em 2015, como segue:

DÍVIDA ATIVA - COBRANÇA		
Saldo do exercício anterior - 2015 (A) R\$	Valor arrecadado em 2016 (B) R\$	EM % C = B/A
19.220.468,76	283.820,28	1,48%

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179.

O município informa que adotou providências no âmbito da fiscalização das receitas e no combate à sonegação, cujas medidas constam detalhadamente do documento de fls. 670/688.

1.4) DAS RECEITAS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

As receitas de competência tributária diretamente arrecadadas pelo município em comparação ao total da receita corrente, [excluídas as do Instituto de Previdência](#), representaram 10,04% do total, como demonstrado:

Receitas tributárias diretamente arrecadadas	Valor (R\$)
1112.01.00 - ITR diretamente arrecadado	0,00
1112.02.00 - IPTU	347.776,38
1112.04.00 - IRRF	1.378.129,48
1112.08.00 - ITBI	274.405,50
1113.05.00 - ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	3.045.127,86
1120.00.00 - Taxas	497.967,84
1130.00.00 - Contribuição Melhoria	84.122,96
1230.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - COSIP	768.945,95
Receita de bens de uso especial (cemitério, mercado municipal, etc)	0,00
1911.00.00 - Multa e juros de mora dos tributos	205.399,05
1913.00.00 - Multa e juros de mora da dívida ativa dos tributos	72.942,96
1931.00.00 - Dívida ativa de tributos	202.832,16
(A) Subtotal	6.877.650,14
(B) Deduções da Receita	0,00
(C) Total dos tributos diretamente arrecadados (A - B)	6.877.650,14
(D) Total da receita corrente excluído o RPPS	68.468.520,63
(E) Percentual alcançado (C/D)	10,04%

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179.

2) DESPESAS

2.1) DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária da despesa apresentou uma economia orçamentária no valor de R\$14.042.158,46, conforme demonstrado no quadro abaixo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA							
Natureza	Inicial - R\$ (A)	Atualizada - R\$ (B)	Empenhada - R\$ (C)	Liquidada - R\$ (D)	Paga - R\$ (E)	Percentual empenhado (C/B)	Economia orçamentária (B-C)
Total das despesas	91.251.500,00	92.333.077,94	78.290.919,48	76.721.974,02	74.692.031,32	84,79%	14.042.158,46

Fonte: Dotação inicial: LOA, fls. 796/823v, Anexo 11 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 180/186 e Balanço Orçamentário, fls. 187/189.

Nota: Incluídas as despesas intraorçamentárias.

O valor da despesa empenhada informada no Balanço Orçamentário **guarda** paridade com o Anexo 11 da Lei Federal n.º 4.320/64 – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado.

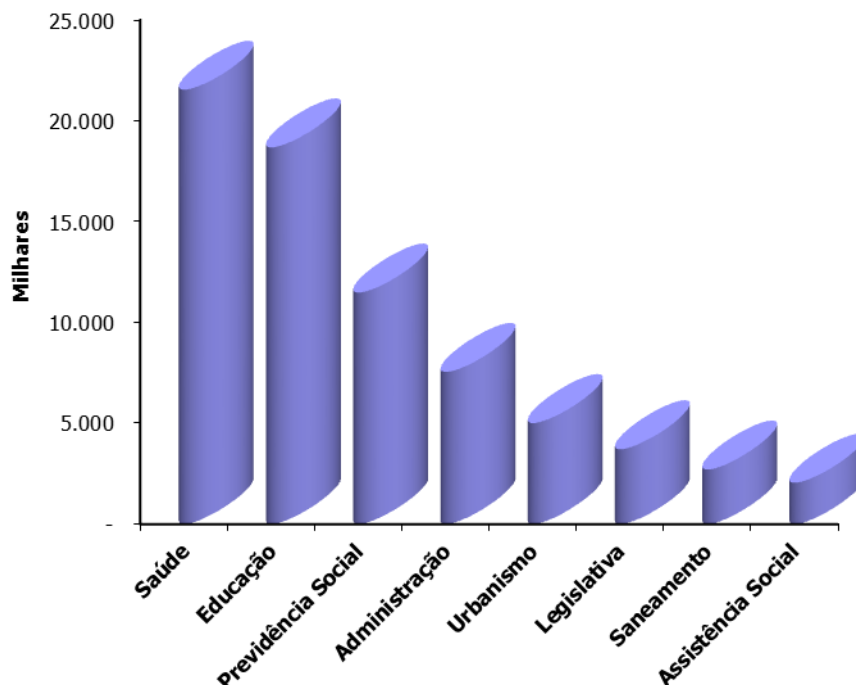
Verifica-se que o Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2016 registra uma despesa empenhada no total de R\$78.290.919,40, consoante à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

Na tabela e no gráfico apresentados a seguir, demonstra-se a execução das despesas por funções de governo. Cabe destacar que o maior gasto realizado no exercício foi efetuado na função SAÚDE, sendo constatado, na comparação com o exercício anterior, que o município continua priorizando suas ações de políticas públicas na mencionada função.

DESPESA EXECUTADA POR FUNÇÃO			
Código	Função	Despesa empenhada R\$	% em relação ao total
10	Saúde	21.526.831,56	27,50%
12	Educação	18.670.363,67	23,85%
09	Previdência Social	11.473.145,84	14,65%
04	Administração	7.538.937,04	9,63%
15	Urbanismo	5.004.457,65	6,39%
01	Legislativa	3.706.079,57	4,73%
17	Saneamento	2.700.931,21	3,45%
08	Assistência Social	2.049.925,89	2,62%
26	Transportes	1.655.519,39	2,11%
06	Segurança Pública	1.059.247,27	1,35%
28	Encargos Especiais	771.323,74	0,99%
23	Comércio e Serviço	604.261,76	0,77%
18	Gestão Ambiental	559.288,24	0,71%
20	Agricultura	479.016,82	0,61%
13	Cultura	465.355,58	0,59%
27	Desporto e Lazer	16.370,25	0,02%
24	Comunicações	7.399,00	0,01%
16	Habitação	2.465,00	0,00%
	TOTAL	78.290.919,48	100,00%

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 162/173.

**Principais Despesas
por Função de Governo**

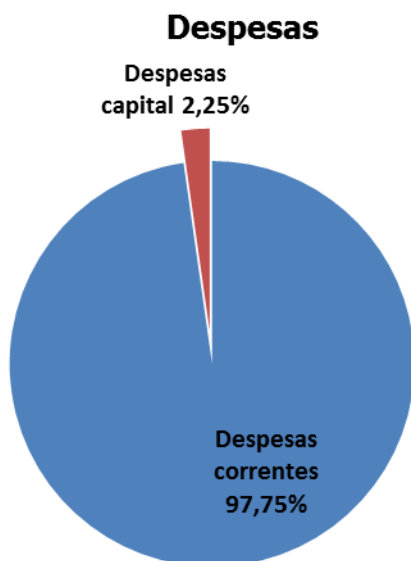


2.2) DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

Verifica-se que as despesas correntes representaram 97,75% das despesas totais executadas no exercício de 2016, e as despesas de capital 2,25%, conforme consignado no quadro a seguir:

DESPESAS EXECUTADAS EM 2016			
Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2016	2015
Despesas correntes	76.525.928,87	97,75%	97,31%
Despesas capital	1.764.990,61	2,25%	2,69%
Total	78.290.919,48	100,00%	

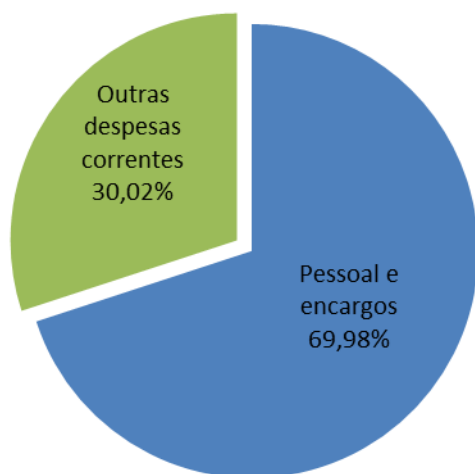
Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e Balanço Orçamentário, fls. 187/189.



Das despesas correntes, 69,98% correspondem a despesas com pessoal e encargos e 30,02% às demais despesas, como segue:

DESPESAS CORRENTES			
Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2016	2015
Pessoal e encargos	53.550.190,54	69,98%	67,46%
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00%	0,00%
Outras despesas correntes	22.975.738,33	30,02%	32,54%
Total das despesas correntes	76.525.928,87	100,00%	

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e Balanço Orçamentário, fls. 187/189.



No tocante às despesas de capital, 100,00% foram destinadas aos investimentos, como demonstrado no quadro a seguir:

DESPESAS DE CAPITAL			
Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2016	2015
Investimentos	1.764.990,61	100,00%	100,00%
Inversões financeiras	0,00	0,00%	0,00%
Amortização de dívida	0,00	0,00%	0,00%
Total das despesas de capital	1.764.990,61	100,00%	

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e Balanço Orçamentário, fls. 187/189.

Portanto, os investimentos realizados pelo município no exercício de 2016 representaram 2,25% das despesas totais realizadas, sendo inferior ao apurado no exercício anterior, como segue:

DESPESA DE INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL			
Descrição	Valor - R\$	Resultado em % 2016	Resultado em % 2015
Investimentos	1.764.990,61	2,25%	2,69%
Despesa total realizada	78.290.919,48		

Fonte: prestação de contas de governo de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e Balanço Orçamentário, fls. 187/189.

3) METAS FISCAIS

O Anexo de Metas Fiscais integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, onde são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (artigo 4º, da Lei Complementar Federal n.º 101/00).

Apresenta-se, a seguir, quadro contendo as metas em valores correntes e as respectivas execuções previstas no exercício financeiro de 2016, nos termos do artigo 59, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

R\$			
Descrição	Anexo de metas (Valores correntes)	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	Atendido OU Não atendido
Receitas	98.642.900,00	80.946.124,50	
Despesas	98.642.900,00	78.290.919,40	
Resultado nominal	-318.000,00	669.730,10	Não Atendido
Resultado primário	-772.060,00	1.384.080,10	Atendido
Dívida consolidada líquida	-5.618.000,00	-1.354.193,50	Não Atendido

Fonte: Anexo de Metas da LDO, fl. 236v do Processo TCE-RJ nº 232.282-9/15; processo TCE-RJ n.º 202.551-6/17- RREO 6º bimestre/2016 e processo TCE-RJ n.º 202.552-0/17- RGF 3º Quadrimestre/2016.

Conforme se verifica no quadro anterior, o município **não cumpriu** as metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Este fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 1**.

O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal n.º 101/00, realizou audiência pública para avaliar o cumprimento das Metas Fiscais nos períodos de fevereiro/2016, maio/2016 e setembro/2016, cujas atas encontram-se acostadas às fls. 87/121.

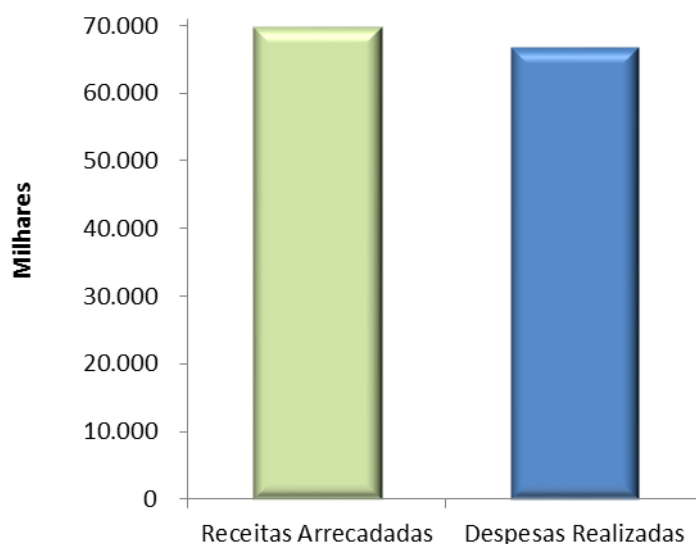
4) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário representa a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício, podendo, dessa forma, ocorrer um *superavit* ou um *deficit* orçamentário.

A análise da execução orçamentária deste exercício revela que o município apresentou resultado superavitário, **já excluídos os montantes relativos ao Regime Próprio de Previdência Social**, conforme apresentado no quadro a seguir:

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO			
Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS
Receitas Arrecadadas	80.946.124,40	11.103.872,87	69.842.251,53
Despesas Realizadas	78.290.919,48	11.473.145,84	66.817.773,64
Superavit Orçamentário	2.655.204,92	-369.272,97	3.024.477,89

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64, fls. 174/179, Anexo 11 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64, fls. 180/186 e Balanço Orçamentário do RPPS, fls. 415/417.



5) **RESULTADO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO**

Em conformidade com o estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal nº 101/00 – *Lei de Responsabilidade Fiscal*, esta Corte de Contas vem alertando os Prefeitos sobre a necessidade de obtenção do equilíbrio financeiro da gestão até o final do mandato.

Assim, por se tratar do último ano da gestão do Chefe do Poder Executivo Municipal, o exame efetuado neste tópico não se restringirá, para efeito da apuração do resultado financeiro, somente à análise dos valores registrados pela contabilidade no Balanço Patrimonial, uma vez que este pode não evidenciar a real situação financeira do município.

Neste sentido, podem ser identificados, por exemplo, a realização de despesas não contabilizadas, cancelamentos indevidos de passivos, bem como formalização de termos de Reconhecimento/Confissões de Dívida, que embora possam ter seus vencimentos para o exercício seguinte, constituíram obrigações líquidas e certas de responsabilidade da gestão que se encerra, devendo ser, dessa forma, considerados no cálculo do resultado do superávit/deficit financeiro efetivamente alcançado no final do mandato.

Cabe ressaltar que essas obrigações, caso não possuam características de Essencialidade, Preexistência e Continuidade, bem como tenham sido formalizadas a partir de 01/05/16, devem ainda ser consideradas para efeito da análise do artigo 42 da LRF, o que será objeto de análise no presente relatório em tópico próprio denominado **“OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO – ARTIGO 42 DA LRF”**.

Por oportuno, registre-se que neste último ano de mandato será excluído do resultado do *superavit/deficit* financeiro, além dos valores do Instituto de Previdência e da Câmara Municipal, o efeito dos saldos do ativo e do passivo financeiros referentes a convênios, por se tratar de recursos estritamente

vinculados, tendo como base, para tanto, as informações extraídas do Sistema SIGFIS, encaminhadas eletronicamente pelo município.

Isto posto, registre-se que será efetuado ajuste no passivo financeiro, uma vez que foram observados cancelamentos de restos a pagar processados no valor de R\$ 134.392,18, conforme registrado no Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados do Balanço Orçamentário Consolidado às fls. 187/189, cuja obrigação já fora cumprida pelo credor, o que caracteriza a ilegalidade desses cancelamentos, conforme previsto no artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Este fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 2**.

A seguir, demonstra-se o resultado do *superavit/deficit* financeiro ajustado:

APURAÇÃO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO					
Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Convênios (D)	Valor considerado E = A-B-C-D
Ativo financeiro	10.932.202,45	7.373.308,72	4.830,00	459.484,98	3.094.578,75
Passivo financeiro	4.959.844,69	349.509,34	4.830,00	471.552,27	4.133.953,08
Superavit/Deficit Financeiro	5.972.357,76	7.023.799,38	0,00	-12.067,29	-1.039.374,33

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 912/917, Balanço Patrimonial do RPPS, fls. 420/424 e Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 279/281, Relatório de Convênio extraído do Sigfis – fls. 979/980.

Nota: Ajuste do Passivo Financeiro:

Passivo Financeiro (fl. 914) – R\$ 4.825.452,51

(+) Cancelamento de Despesas de Restos a Pagar Processados (fl. 189) – R\$ 134.392,18

(=) Total do Passivo Financeiro Ajustado – R\$ 4.959.844,69

Importa destacar, ainda, que o **deficit** ora apurado reflete apenas o resultado do superavit/deficit financeiro alcançado ao final da gestão, não estando contempladas as demais obrigações contraídas que serão objeto de análise no presente relatório em tópico próprio denominado **“OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO – ARTIGO 42 DA LRF”**.

No tocante ao Demonstrativo do Superavit/Deficit Financeiro do Exercício (fls. 916/917), apesar do mesmo inicialmente estar consoante com o resultado apurado no Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (fl. 914), não serão apresentados os seus dados, em razão dos ajustes promovidos no passivo financeiro, conforme especificado na nota do quadro anterior.

Por fim, conclui-se, conforme constatado anteriormente, que o município de Cantagalo **não alcançou o equilíbrio financeiro** no final do mandato, não sendo observado o disposto no §1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Destaca-se que foi emitido alerta no exercício anterior (2015), na respectiva Prestação de Contas de Governo, informando ao Gestor que, persistindo a situação de *deficit* até o final de seu mandato, o Tribunal se pronunciaria pela emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação de suas contas.

Desta forma, este item constará na conclusão do presente relatório como a **Irregularidade e Determinação n.º 1**.

Faz-se ainda necessário emitir um **alerta** ao atual gestor para que tome ciência do *deficit* financeiro apurado e de que, persistindo a situação de desequilíbrio financeiro até o final de seu mandato, poderá este Tribunal se pronunciar nos próximos exercícios pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas. Desta forma, deverá o gestor elaborar seu planejamento de modo a estabelecer metas de resultado de receitas e despesas que remetam ao equilíbrio financeiro preconizado pela LRF, de forma a não prejudicar futuros gestores.

Adiante, apresenta-se a evolução do resultado do superavit/deficit financeiro do município desde o exercício de 2012:

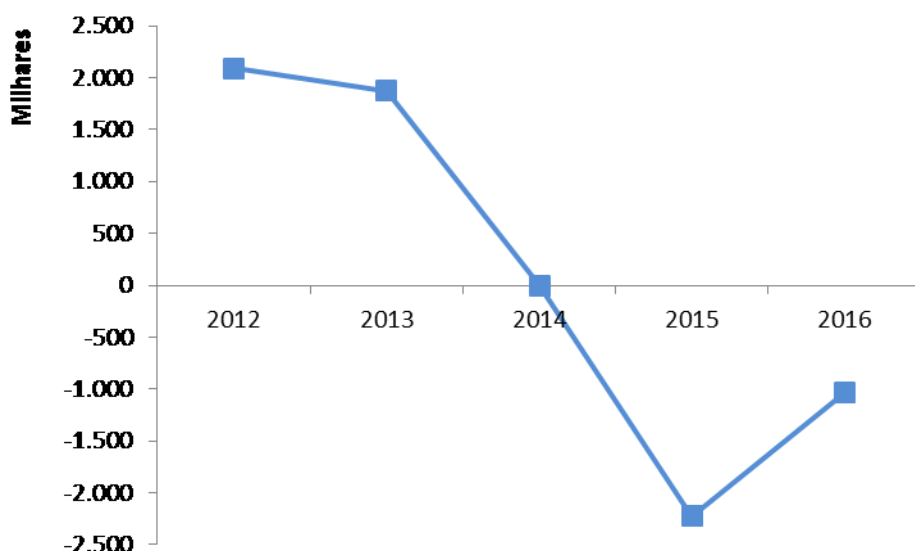
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

Gestão anterior	Gestão atual			
2012	2013	2014	2015	2016
2.092.138,91	1.875.350,95	0,00	-2.226.037,64	-1.039.374,33

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 – processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e quadro anterior.

Nota: o resultado financeiro do exercício de 2014 não pôde ser apurado, em razão da não consolidação dos demonstrativos contábeis (vide prestação de contas de governo de 2014, processo TCE-RJ n.º 214.024-5/15).

O gráfico a seguir reflete a evolução do resultado do município, no qual se verifica uma redução do *deficit* financeiro na ordem de 53,31% em relação ao do exercício anterior.



6) RESULTADO PATRIMONIAL

6.1) DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial Consolidado referente ao exercício de 2016 foi apresentado às fls. 912/917, registrando saldo nas seguintes contas:

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Ativo circulante	12.217.638,79	12.338.810,23	Passivo circulante	2.430.956,52	3.431.142,92
Ativo não circulante	60.183.824,34	51.891.110,92	Passivo não circulante	1.829.531,85	3.268.412,74
Ativo Realizável a Longo Prazo	22.521.675,43	17.396.158,42			
Investimentos	0,00	0,00	Patrimônio líquido		
Imobilizado	37.662.148,91	34.494.952,50	Total do PL	68.140.974,76	57.530.365,49
Intangível	0,00	0,00			
Total geral	72.401.463,13	64.229.921,15	Total geral	72.401.463,13	64.229.921,15
Ativo financeiro	10.932.202,45	9.566.326,11	Passivo financeiro	4.825.452,51	7.123.501,16
Ativo permanente	61.469.260,68	54.663.595,04	Passivo permanente	1.827.028,54	3.265.910,43
Saldo patrimonial				65.748.982,08	53.840.509,56

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado– fls. 912/917.

Nota: verifica-se que o valor registrado no balanço patrimonial referente ao passivo financeiro, apontado no quadro anterior, apresenta-se divergente daquele apresentado no item 5 (Resultado do *Superavit/Deficit* Financeiro) deste relatório, em função dos ajustes promovidos naquele item.

6.2) DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado patrimonial do exercício de 2016 pode ser assim demonstrado:

Descrição	Valor - R\$
Variações patrimoniais aumentativas	142.813.223,62
Variações patrimoniais diminutivas	132.881.046,47
Resultado patrimonial de 2016 - Superavit	9.932.177,15

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidado (fls. 197/198).

6.3) DO SALDO PATRIMONIAL

A tabela a seguir demonstra o saldo patrimonial apurado no exercício de 2016:

Descrição	Valor - R\$
Patrimônio líquido (saldo do balanço patrimonial de 2015)	57.530.365,49
Resultado patrimonial de 2016 - Superavit	9.932.177,15
(+) Ajustes de exercícios anteriores	678.432,12
Patrimônio líquido - exercício de 2016	68.140.974,76
Patrimônio líquido registrado no balanço - exercício de 2016	68.140.974,76
Diferença	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado (fls. 912/917).

7) DA SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

A Lei Federal n.º 9.717/98, que dispõe sobre regras gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos entes da Federação, tem, como principal objetivo, garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário.

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos – Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, constata-se um resultado previdenciário deficitário da ordem de R\$373.970,40, conforme exposição a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Receitas previdenciárias	11.105.047,10
Despesas previdenciárias	11.479.017,50
Deficit	-373.970,40

Fonte: Anexo 04 do RREO 6º bimestre/2016 – Proc. TCE n.º 202.551-6/17.

O *deficit* constatado demonstra que no exercício em tela não houve equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

Este fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 3**.

O presente processo limitou-se a apresentar o resultado previdenciário obtido pelo Instituto no exercício, sendo os outros aspectos que envolvem o sistema previdenciário municipal tratado nos demais processos de atuação desta Corte de Contas, devido à amplitude, operacionalização e elevado grau de detalhamento que requer a matéria.

VI – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

1) DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL

A Receita Corrente Líquida – RCL constitui a base de cálculo para a apuração dos limites legais de endividamento e gastos com pessoal.

1.1) DA APURAÇÃO DA RCL

Para apuração da RCL é considerado o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferência correntes e outras receitas correntes, deduzidos principalmente, os valores transferidos, por determinação constitucional ou legal, com base na receita arrecadada no mês de referência e nos onze meses imediatamente anteriores.

A RCL do exercício de 2016, de acordo com os demonstrativos contábeis encaminhados, é de R\$71.515.602,18, conforme demonstrada na tabela a seguir:

Especificação	Total (últimos 12 meses) R\$
(A) Receitas Correntes	85.547.318,37
Receita Tributária	5.627.530,02
Receita de Contribuições	3.222.135,36
Receita Patrimonial	1.352.642,82
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	73.015.696,38
Outras Receitas Correntes	2.329.313,79
(B) Deduções	14.031.716,19
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	2.415.341,44
Compensação Financ. entre Reg. Previd	1.639.690,25
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	9.976.684,50
(C) Receita Corrente Líquida (A-B)	71.515.602,18
(D) RCL registrada no Anexo 1 do RGF	71.513.677,50
(F) Divergência entre a RCL apurada e o RGF (C - D)	1.924,68

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179.

Nota: a diferença de R\$ 1.924,68 apontada no quadro, que não altera o mérito da análise, foi desconsiderada.

Verifica-se que o Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao **3º trimestre** de 2016 registra uma RCL consoante à evidenciada nos demonstrativos contábeis.

1.2) DA EVOLUÇÃO DA RCL

No quadro a seguir, registram-se os valores extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, referentes aos períodos de apuração dos limites:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

Descrição	2º Semestre/15	1º Semestre/16	2º Quadrimestre/16	3º Quadrimestre/16
Valor - R\$	73.072.096,60	72.653.097,30	72.051.323,00	71.513.677,50
Variação em relação ao quadrimestre anterior	—	-0,57%	-0,83%	-0,75%
Variação da receita em relação ao exercício de 2015	-2,13%			

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 - processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16, e processos TCE-RJ n.ºs, 813.785-4/16 e 825.272-3/16 e 202.552-0/17 - RGF – 1º semestre e 2º e 3º quadrimestres de 2016.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da receita corrente líquida – RCL no período:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL



Conforme se verifica, houve uma redução de 2,13% da Receita Corrente Líquida – RCL arrecadada no exercício de 2016 em relação à receita alcançada no exercício anterior.

2) DA DÍVIDA PÚBLICA

2.1) LIMITES DA DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA OU FUNDADA

A dívida pública do município apresentada no Demonstrativo da Dívida Consolidada, referente ao **3º quadrimestre** do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2016, pode ser demonstrado da seguinte forma:

Especificação	2015	2016		
	2º Semestre	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Valor da dívida consolidada	1,00	1,00	1,00	1,10
Valor da dívida consolidada líquida	-2.023.923,40	-6.981.336,80	-5.981.176,40	-1.354.193,50
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	-2,77%	-9,61%	-8,30%	-1,89%

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 - processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16, e processo TCE-RJ n.º 202.552-0/17 - RGF – 3º quadrimestre de 2016.

Conforme verificado, tanto no exercício anterior, como em todos os quadrimestres de 2016, o limite previsto no inciso II do artigo 3º da Resolução n.º 40/01 do Senado Federal – 120% da RCL – foi respeitado pelo município.

Vale salientar que a ausência de dívida consolidada (valores de R\$ 1,00, R\$1,00 e R\$1,10) está em consonância com os demonstrativos contábeis (Anexo 16 Consolidado às fls. 199), não havendo, ainda, retenção nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios a denotar dívidas da municipalidade junto à União eventualmente não escrituradas (documento de fls. 1013/1014).

2.2) LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito – Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, constata-se que o município **não** realizou operações de crédito no exercício.

2.2.1) Limite para Operação de Crédito por Antecipação de Receita (ARO)

Em consulta ao Demonstrativo das Operações de Crédito – Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, constata-se que o município **não** realizou operações de crédito por antecipação de receita no exercício.

2.3) LIMITE PARA CONCESSÃO DE GARANTIA

De acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores – Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, verifica-se que o município **não** concedeu garantia em operações de crédito.

3) DESPESAS COM PESSOAL

Registra-se que o limite para despesas com pessoal do Poder Executivo corresponde a 54% do valor da Receita Corrente Líquida – RCL, como estabelecido no inciso III, b, do artigo 20 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Cumprir ainda destacar que, no caso de descumprimento do limite legal, o município deve eliminar, em princípio, o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, conforme previsto no artigo 23 da citada lei federal.

3.1) DA VERIFICAÇÃO CUMPRIMENTO DO LIMITE

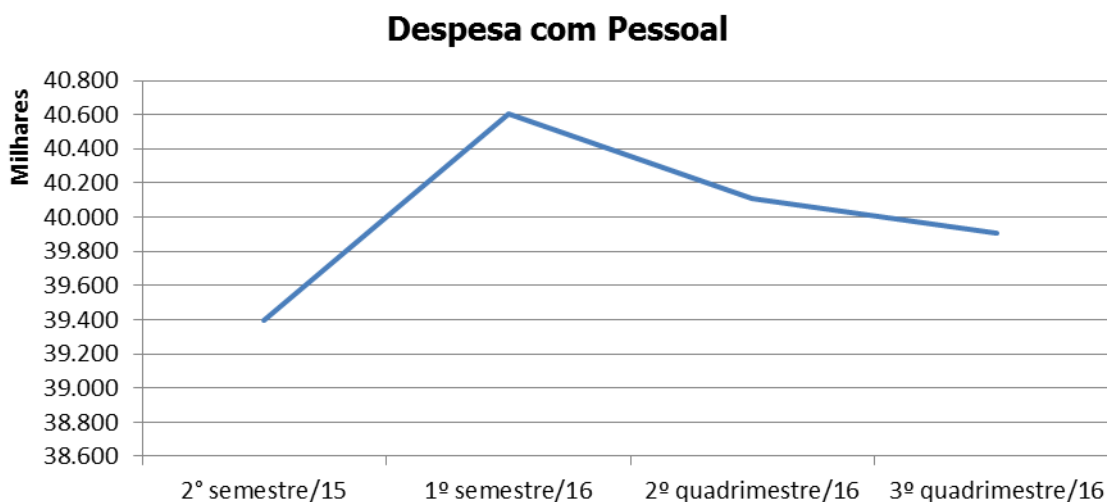
Considerando que o município apura os gastos de pessoal trimestralmente, sendo, inclusive, a não observância aos percentuais motivo de alerta nos Relatórios de Gestão Fiscal, na forma do § 1º do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, apresenta-se a seguir a transcrição

dos dados cuja trajetória se deu nos exercícios de 2015 e 2016, registrados nos respectivos Demonstrativos da Despesa com Pessoal – Anexo 1 do RGF.

Descrição	2015			2016					
	1º sem.	2º semestre		1º semestre		2º quadrimestre		3º quadrimestre	
	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Poder Executivo	49,07%	39.396.973,30	53,92%	40.605.230,30	55,89%	40.107.564,10	55,67%	39.907.006,40	55,80%

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 - processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16, e processos TCE-RJ n.ºs 813.785-4/16, 825.272-3/16 e 202.552-0/17 - RGF – 1º semestre e 2º e 3º quadrimestres de 2016.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da Despesa com Pessoal no período:



Conforme se pode constatar, o Poder Executivo **ultrapassou o limite de 54% no 1º semestre de 2016, ficando, em princípio, obrigado a reduzir o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes**, sendo pelo menos um terço no primeiro, conforme artigo 23 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Todavia, o artigo 66 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que os prazos de recondução aos limites de Despesas com Pessoal e da Dívida Consolidada Líquida serão duplicados no caso de crescimento real baixo (inferior a 1%) ou negativo do Produto interno Bruto – PIB, por período igual ou superior a quatro trimestres, fato este ocorrido nos exercícios de 2015 e 2016, conforme resultado divulgado pelo IBGE.

Dessa forma, o Poder Executivo ficou obrigado a reduzir o percentual excedente nos quatro quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço nos dois primeiros e o restante até o 2º quadrimestre de 2017.

Conforme se pode verificar no quadro anterior, o Poder Executivo **não reduziu** o percentual excedente em, no mínimo, um terço, até o terceiro quadrimestre de 2016, descumprindo o artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

Tal fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 4**.

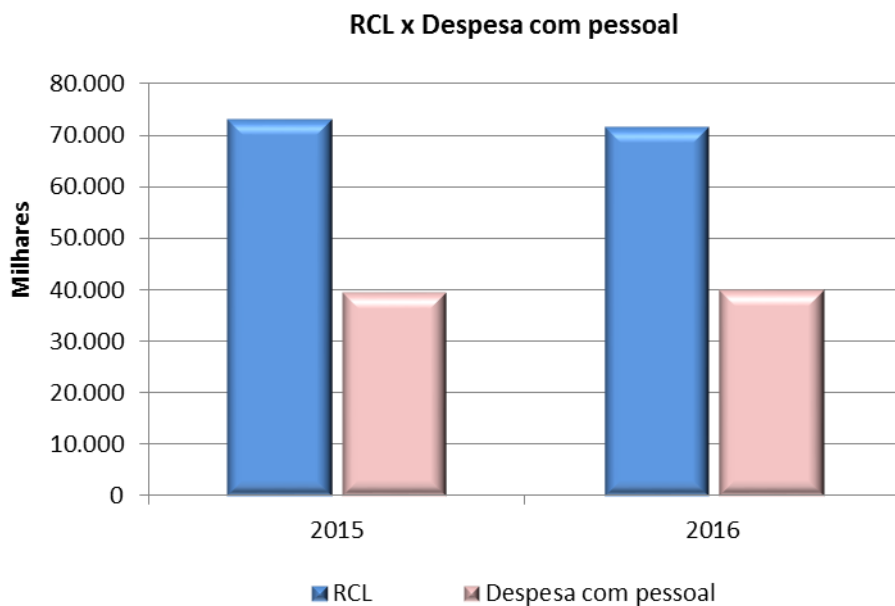
Destaca-se que o pleno cumprimento do artigo 23 c/c artigo 66 da Lei de Responsabilidade Fiscal será verificado quando do exame da Prestação de Contas de Governo do exercício de 2017.

Verifica-se, ainda, a evolução das despesas com pessoal no período ora analisado, cujo resultado indicou um crescimento de 1,29% em relação às despesas do exercício anterior, como demonstrado:

DESPESAS COM PESSOAL				
Descrição	2º semestre/15	1º semestre/16	2º quadrimestre/16	3º quadrimestre/16
Valor - R\$	39.396.973,30	40.605.230,30	40.107.564,10	39.907.006,40
Variação em relação ao quadrimestre anterior	–	3,07%	-1,23%	-0,50%
Crescimento da despesa em relação ao exercício de 2015	1,29%			

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 - processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16, e processos TCE-RJ n.ºs 813.785-4/16, 825.272-3/16 e 202.552-0/17 - RGF – 1º semestre e 2º e 3º quadrimestres de 2016.

A seguir, demonstra-se o comportamento da despesa com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, nos exercício de 2015 e 2016.



Adicionalmente, tendo em vista que o limite de gastos com pessoal é apurado em razão da RCL arrecadada no período, apresenta-se a variação das mesmas em relação aos exercícios anteriores.

DESEMPENHO – RCL X DP		
Descrição	RCL	Despesa com pessoal
Variação do exercício de 2015 em relação a 2014	1,02%	9,39%
Variação do exercício de 2016 em relação a 2015	-2,13%	1,29%

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 – processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e quadros anteriores.

Conforme se observa, as despesas com pessoal registraram um crescimento percentual superior ao verificado na receita corrente líquida – RCL.

Como mencionado na análise anterior, o município já ultrapassou o limite máximo legal. Tais fatos indicam a necessidade urgente de adoção por parte do município de medidas administrativas visando à imediata redução das despesas com pessoal, uma vez que o quadro atual revela a tendência de crescimento percentual dessas despesas em relação à RCL. Ressalta-se que o descumprimento do limite legal já está sendo motivo de **impropriedade** e **determinação** na conclusão desta instrução e de acompanhamento nos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF.

Cabe ressaltar que a verificação dos limites dos gastos com agentes políticos será efetuada quando da análise das prestações de contas dos ordenadores de despesa.

3.2) DESPESAS COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 DIAS DO MANDATO

Segundo o parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar Federal nº 101/00 – LRF são nulos de pleno direito quaisquer atos que resultem no aumento de despesas, expedidos nos últimos 180 dias de mandato do chefe de Poder.

De acordo com o documento apresentado às fls. 65, não foram expedidos atos dessa natureza nos últimos 180 dias do final do mandato do Prefeito Municipal.

4) DESPESAS COM EDUCAÇÃO

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que os municípios devem aplicar 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos e transferências de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. A Emenda Constitucional n.º 53/06 e a Lei Federal n.º 11.494/07 criaram e regulamentaram o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que substituiu o Fundef a partir do exercício de 2007.

De acordo com o artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07, uma proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Destaca-se, a seguir, alguns aspectos importantes que deverão ser observados quando da apuração para o atendimento ao limite com educação:

- a) a Lei Federal n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – estabelece em seus artigos 70 e 71, respectivamente, as despesas que podem e que não podem ser consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, donde conclui-se que somente devem ser computadas aquelas que, de alguma forma, contribuam para o seu aprimoramento;
- b) as despesas com alimentação custeadas pelo município com recursos próprios serão consideradas para fins de apuração do limite com educação, consoante decisão proferida no processo TCE-RJ n.º 261.276-8/01;
- c) as despesas com educação realizadas em funções e/ou subfunções atípicas somente serão acolhidas como despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino quando demonstrarem, inequivocamente, que estes gastos fazem parte do conjunto de dispêndios que corroboram para a atividade escolar regular e, sobretudo, para a manutenção do aluno em sala de aula;
- d) as despesas que podem ser custeadas com os recursos do Fundeb são as efetuadas nas etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica dentro do âmbito de atuação prioritária do município, educação infantil e ensino fundamental, conforme estabelecido no artigo 211 da Constituição Federal;

- e) em relação aos recursos do Fundeb, estão vedadas despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, segundo o estabelecido no artigo 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, e sua utilização como garantia ou contrapartida de operações de crédito que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica, de acordo com o artigo 23 da Lei Federal n.º 11.494/07;
- f) serão expurgados os empenhos registrados na função 12, vinculados ao ensino fundamental e infantil, que por meio do relatório das despesas com educação, extraído do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis, indiquem que seu objeto não é relativo à educação, de acordo com a Lei Federal n.º 9.394/96, ou que mesmo tendo por objeto gastos com educação não se refiram ao exercício financeiro da presente prestação de contas, como, por exemplo, despesas de exercícios anteriores;
- g) as despesas com aquisição de uniformes e afins custeadas pelo município serão consideradas na base de cálculo da manutenção e desenvolvimento do ensino para fins de apuração dos limites legais, como decidido pelo Plenário desta Corte de contas nos autos dos processos TCE-RJ n.ºs 205.035-1/11, 205.057-9/11 e 204.033-6/11.

4.1) DA ALTERAÇÃO DA METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS DESPESAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Preliminarmente à análise dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, cumpre registrar que a metodologia empregada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, explicitada no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, e operacionalizado pelo Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, sistema eletrônico do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE), consideram, no que concerne à apuração do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos de impostos e transferências de impostos na educação, as despesas liquidadas e os restos a pagar não-processados com disponibilidade de caixa relativos a impostos e transferências de impostos, acrescidos do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb.

No entanto, esta Corte de Contas vem realizando a análise do cumprimento do limite mínimo para gastos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, considerando na base de cálculo o total das despesas empenhadas no exercício, custeadas com recursos de impostos e transferências de impostos, acrescidas do valor referente à contribuição para a formação do Fundeb.

Em relação à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb, verifica-se que a STN/SIOPE realiza a apuração do acréscimo ou decréscimo nas transferências dos recursos do fundo (perda/ganho), o qual representa a diferença entre a parcela das transferências para o Fundeb e o valor efetivamente recebido do referido fundo, e, caso o ente tenha recebido recursos acima do que contribuiu para a formação do fundo, este montante não é considerado para fins de limite. Ao contrário, caso o ente tenha recebido menos recursos do que contribuiu, o montante referente à “perda” é considerado como gastos em educação para fins de limite.

A título de exemplo, demonstra-se a situação hipotética de determinado município ao final de um exercício, quanto à aplicação de recursos do Fundeb no ensino para fins de verificação do cumprimento do limite, confrontando-se as metodologias adotadas pelo TCE-RJ e pela STN/SIOPE:

Quando o município possui “ganho” em relação aos recursos do Fundeb

- a) Total da Receita de Impostos e Transferências = R\$150.000,00;
- b) Receita destinada à formação do Fundeb = R\$20.000,00 (contribuição ao Fundeb);

- c) Recursos recebidos do Fundeb = R\$23.000,00;
d) Acréscimo (ganho) nas transferências do Fundeb = R\$3.000,00 (R\$23.000,00 – R\$20.000,00);
e) Despesas custeadas com recursos de impostos = R\$17.500,00;
f) Despesas custeadas com recursos do Fundeb = R\$22.000,00.

Considerando os referidos valores, segue a apuração nas duas metodologias indicadas:

ATUAL METODOLOGIA TCE-RJ	
DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
Total de receita de Impostos e Transferências - item "a" (I)	150.000,00
Despesas custeadas com recursos de impostos – item "e" (II)	17.500,00
Receita destinada à formação do Fundeb – item "b" (III)	20.000,00
Total considerado em MDE (IV) = (II + III)	37.500,00
Percentual aplicado em MDE (IV / I) %	25%

METODOLOGIA STN	
DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
Total de receita de Impostos e Transferências - item "a" (I)	150.000,00
Despesas custeadas com recursos de impostos – item "e" (II)	17.500,00
Despesas custeadas com recursos do Fundeb – item "f" (III)	22.000,00
Ganho nas transferências do Fundeb – item "d" (IV)	3.000,00
Total considerado em MDE (V) = (II + III - IV)	36.500,00
Percentual aplicado em MDE (V / I) %	24,33%

Nota: o valor referente ao "ganho" deve ser desconsiderado (subtraído) para fins de limite, pois são recursos que pertencem a outro município ou ao Estado que estão sendo aplicados no município beneficiado.

Quando o município possui "perda" em relação aos recursos do Fundeb

- a) Total da Receita de Impostos e Transferências = R\$150.000,00;
b) Receita destinada à formação do Fundeb = R\$20.000,00 (contribuição ao Fundeb);
c) Recursos recebidos do Fundeb = R\$18.000,00;
d) Decréscimo (perda) nas transferências do Fundeb = R\$2.000,00 (R\$20.000,00 – R\$18.000,00)
e) Despesas custeadas com recursos de impostos = R\$17.500,00;
f) Despesas custeadas com recursos do Fundeb = R\$17.100,00.

Considerando os referidos valores, segue a apuração nas duas metodologias indicadas:

ATUAL METODOLOGIA TCE-RJ	
DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
Total de receita de Impostos e Transferências - item "a" (I)	150.000,00
Despesas custeadas com recursos de impostos – item "e" (II)	17.500,00
Receita destinada à formação do Fundeb – item "b" (III)	20.000,00
Total considerado em MDE (IV) = (II + III)	37.500,00
Percentual aplicado em MDE (IV / I) %	25%

METODOLOGIA STN	
DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
Total de receita de Impostos e Transferências - item "a" (I)	150.000,00
Despesas custeadas com recursos de impostos – item "e" (II)	17.500,00
Despesas custeadas com recursos do Fundeb – item "f" (III)	17.100,00
Perda nas transferências do Fundeb – item "d" (IV)	2.000,00
Total considerado em MDE (V) = (II + III + IV)	36.600,00
Percentual aplicado em MDE (V / I) %	24,40%

Nota: o valor referente à "perda" deve ser considerado (adicionado) para fins de limite, pois são recursos do município que estão sendo aplicados em MDE mesmo que em outro município.

Registre-se, ainda, que a metodologia de cálculo para apuração do limite mínimo constitucional de gastos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, estabelecida pela Lei Complementar Federal nº 141/12, utiliza as despesas liquidadas e as despesas não liquidadas até o limite da disponibilidade de caixa relativas a impostos e transferências de impostos.

Assim, em face das atuais regras para a análise dos limites mínimos constitucionais para os gastos na área de saúde e da metodologia que já vem sendo aplicada pela STN/SIOPE quanto à apuração dos gastos na manutenção e desenvolvimento do ensino, faz-se necessária a alteração da metodologia atualmente aplicada por esta Corte de Contas no exame dos gastos com educação, de modo a buscar a adequação de nossas análises aos novos conceitos, bem como garantir ao jurisdicionado a igualdade de apuração dos limites mínimos constitucionais, aplicando a mesma metodologia para os gastos em educação e saúde.

Entende-se, contudo, que tal mudança na metodologia até então aplicada por esta Corte deve ser levada a efeito em prazo que permita ao município adequar seus gastos ao novo método a ser utilizado, de forma a não prejudicar os orçamentos já devidamente planejados.

Neste sentido, será sugerido ao final desta instrução que o Plenário desta Corte promova Comunicação aos jurisdicionados informando a alteração da metodologia de apuração do cumprimento do limite mínimo constitucional, referente à manutenção e desenvolvimento do ensino, a ser utilizada a partir da Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2019, encaminhada a esta Corte no exercício de 2020, sendo consideradas as despesas liquidadas e, ainda, os restos a pagar não-processados (despesa não liquidada) do exercício, que possuam disponibilidade de caixa devidamente comprovada, relativos a impostos e transferências de impostos, acrescidos do valor referente a efetiva aplicação dos recursos do Fundeb, nos moldes especificados no Manual dos Demonstrativos Fiscais editado pela STN e operacionalizado pelo SIOPE.

4.2) DA VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DAS DESPESAS NOS ARTIGOS 70 E 71 DA LEI N.º 9.394/96

A fim de verificar a adequação das despesas aos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394/96, serão considerados os dados encaminhados pelo município por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis.

O valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis encontra-se consoante ao valor registrado pela contabilidade na função 12 – educação, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	18.670.363,67
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	18.670.363,67
Diferença	0,00

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 às fls. 162/173 e planilha Sigfis de fls. 981/993.

A verificação da adequação das despesas aos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96 foi efetuada por meio de técnica de amostragem, na qual foi

apurado 96,68% do valor total das despesas com educação empenhadas com recursos próprios e Fundeb registradas no banco de dados fornecido pelo próprio município por meio do Sigfis. A relação destes empenhos consta às fls. 981/993 do presente processo.

Registra-se que nenhum ajuste foi efetuado, uma vez que não foram identificadas, nos históricos constantes do relatório extraído do sistema, despesas cujo objeto não deve ser considerado para a apuração do cumprimento dos limites da educação no exercício de 2016.

Não obstante, foi identificada despesa com pagamento de servidores inativos da educação, conforme a seguir discriminada:

Data do empenho	N.º do empenho	Histórico	Credor	Subfunção	Fonte de recurso	Valor – R\$
30/12/2016	1544	PARA FAZER FACE AO PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS - IPAM	IPAM – INSTITUTO DE PENSÃO E APOSENTADORIA MUNICIP	361	ORDINARIOS	39.551,27

Fonte: planilha Sigfis de fls. 993.

Imperioso salientar, nesse diapasão, que, conforme comunicação expedida na Prestação de Contas de Governo referente ao exercício anterior (Processo TCE/RJ nº 215.862-4/16), despesas desta natureza deixarão de ser computadas, para fins do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, a partir da Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2018, em consonância com a metodologia empregada pela Secretaria do Tesouro Nacional, explicitada no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, decorrente da interpretação do artigo 70 da Lei Federal nº 9.394/96.

Será sugerido ao final desta instrução, à guisa de ratificar a orientação expedida na prestação de contas do exercício anterior, que o atual Prefeito Municipal de Cantagalo seja **comunicado** acerca da alteração da metodologia de cálculo dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, que

deixará de considerar no cômputo do limite mínimo constitucional as despesas com inativos, a partir do exercício de 2018.

Ressalta-se, por fim, que a qualquer momento este Tribunal poderá verificar a legalidade das despesas realizadas com educação.

4.3) DO TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO

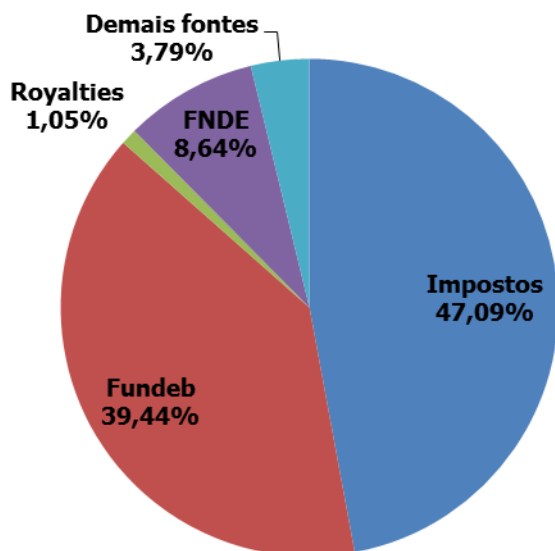
No exercício de 2016, o município aplicou recursos na educação no total de R\$18.670.363,67. A seguir, demonstra-se o montante das despesas realizadas discriminadas por fonte de recurso:

DEMONSTRATIVO DO TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNÇÃO 12

Subfunção	Fonte de recursos - R\$					Total R\$
	Impostos	Fundeb	Royalties	FNDE	Demais fontes	
361 - Ensino Fundamental	6.801.742,67	7.139.095,19	0,00	1.357.985,89	509.995,32	15.808.819,07
362 - Ensino Médio	142.320,00	0,00	53.833,29	0,00	0,00	196.153,29
363 - Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
364 - Ensino Superior	279.457,52	0,00	141.385,60	0,00	0,00	420.843,12
365 - Educação Infantil	1.173.794,52	224.776,31	0,00	254.257,63	197.457,57	1.850.286,03
366 - Educação de Jovens e Adultos	44.448,34	0,00	0,00	0,00	0,00	44.448,34
367 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122 - Administração Geral	349.813,82	0,00	0,00	0,00	0,00	349.813,82
306 - Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	8.791.576,87	7.363.871,50	195.218,89	1.612.243,52	707.452,89	18.670.363,67
Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00	0,00				0,00
Exclusão do Sigfis	0,00	0,00				0,00
Total ajustado	8.791.576,87	7.363.871,50	195.218,89	1.612.243,52	707.452,89	18.670.363,67
Percentual Aplicado por Fonte de Recurso em Relação às Despesas	47,09%	39,44%	1,05%	8,64%	3,79%	100,00%

Fonte: Anexo 8 da Lei nº 4.320/64 – fls. 162/173, quadro às fls. 443, demonstrativos contábeis às fls. 446/463, relação de cancelamentos de RP, fls. 464 e planilha Sigfis de fls. 981/993.

Nota: embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores (R\$113.389,71), o mesmo não será excluído do total das despesas com educação, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite mínimo constitucional, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite mínimo naqueles exercícios.



Considerando o número de alunos matriculados na rede pública municipal no exercício de 2016, o valor gasto por aluno totalizou R\$ 7.696,97, conforme demonstrado:

GASTO COM EDUCAÇÃO POR Nº DE ALUNOS MATRICULADOS		
Nº de alunos (A)	Valor - R\$ (B)	Despesa por aluno - R\$ (C) = (B/A)
2.371	18.249.520,55	7.696,97

Fonte: INEP, fls. 994.

Nota: foram deduzidos os gastos com ensino superior, no valor de R\$420.843,12, tendo em vista não compor a base do número de alunos matriculados.

Assim, observa-se que, no presente exercício, o município de Cantagalo teve um gasto anual por aluno de R\$7.696,97, ou seja, R\$ 641,41 mensais.

Em relação aos demais municípios e com base na despesa com educação realizada em 2015 (última base de dados completa e disponível), verifica-se que o município ficou **acima** da média de gastos dos 91 municípios fluminenses (exceto a Capital):

DESPESA COM EDUCAÇÃO POR Nº DE ALUNOS EM 2015

Valor gasto pelo município R\$	Média de gastos dos 91 Municípios R\$	Posição em relação aos gastos dos 91 municípios	Maior gasto efetuado em educação R\$	Menor gasto efetuado em educação R\$
7.589,88	6.860,55	27ª	13.447,11	3.590,37

Fonte: Ministério da Educação e Cultura e banco de dados da CGM.

4.4) DO CÁLCULO DO LIMITE DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

De acordo com o previsto no artigo 212 da Constituição Federal, os municípios aplicarão, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das receitas resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A seguir, apresenta-se o cálculo do percentual aplicado pelo município para fins de análise do cumprimento do limite estabelecido pela Constituição Federal.

4.4.1) DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA

O quadro a seguir demonstra os valores das receitas de impostos e transferências de impostos recebidas pelo município no exercício de 2016 e que, de acordo com o previsto no artigo 212 da Constituição Federal, serão utilizadas na base de cálculo do limite das despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino:

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS LEGAIS

Descrição	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receita arrecadada
I - Diretamente arrecadados	7.253.965,00	7.253.965,00	5.240.019,56
IPTU	480.000,00	480.000,00	347.776,38
ITBI	340.000,00	340.000,00	274.405,50
ISS	4.660.964,00	4.660.964,00	3.045.127,86
IRRF	1.400.000,00	1.400.000,00	1.378.129,48
ITR - Diretamente arrecadado	0,00	0,00	0,00
Multas, juros de mora e outros encargos dos impostos	52.500,00	52.500,00	50.663,01
Dívida ativa dos impostos	280.000,00	280.000,00	93.045,92
Multas, juros de mora e outros encargos da dívida ativa impostos	40.501,00	40.501,00	50.871,41
II - Receita de transferência da União	12.420.000,00	12.420.000,00	14.595.097,28
FPM (alíneas b, d)	12.215.000,00	12.215.000,00	14.398.720,55
ITR	25.000,00	25.000,00	73.145,13
IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00
ICMS desoneração - LC 87/96	180.000,00	180.000,00	123.231,60
III - Receita de transferência do Estado	42.552.545,00	42.552.545,00	36.187.134,18
IPVA	1.450.000,00	1.450.000,00	1.235.314,36
ICMS + ICMS ecológico	39.902.545,00	39.902.545,00	34.154.146,54
IPI - Exportação	1.200.000,00	1.200.000,00	797.673,28
IV - Outras receitas correntes do município (transferências)	0,00	0,00	0,00
Multa e juros de mora de transferências de impostos (ICMS, IPVA)	0,00	0,00	0,00
Multa e juros de mora da dívida ativa das transferências de impostos (ICMS, IPVA)	0,00	0,00	0,00
V - Dedução das contas de receitas	0,00	0,00	0,00
Valor total das deduções das receitas de impostos e transferências anteriormente registradas (exceto as deduções para o Fundeb)	0,00	0,00	0,00
VI - Total das receitas resultantes dos impostos e transferências Legais (I+II+III+IV-V)	62.226.510,00	62.226.510,00	56.022.251,02

Fonte: previsão inicial e atualizada: base de dados do Sigfis 6º bimestre, fls. 1007 e receita arrecadada: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 174/179.

As receitas resultantes dos impostos e transferências legais demonstradas nesta prestação de contas (R\$56.022.251,02) se coadunam com as receitas consignadas no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Anexo 8 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2016 (R\$56.022.251,20).

4.4.2) DAS DESPESAS REALIZADAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Conforme disposto no artigo 211 da Constituição Federal, os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e infantil. Neste sentido, foram apurados os valores aplicados pelo município nessas modalidades, compreendidas também as demais relacionadas à educação fundamental e infantil.

Cumpre ainda registrar que as despesas apuradas são aquelas que estão de acordo com as previstas no artigo 70 da Lei Federal n.º 9.394/96.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – EDUCAÇÃO BÁSICA

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS

Modalidades de Ensino	Subfunção	Valor - R\$
Ensino fundamental	361 - Ensino fundamental (A)	6.801.742,67
Educação infantil	365 - Ensino infantil (B)	1.173.794,52
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 - Educação jovens e adultos (C)	44.448,34
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 - Educação especial (D)	0,00
Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 - Administração (E)	0,00
	306 - Alimentação (F)	0,00
	Demais subfunções (G)	0,00
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções	(H)	
(I) Total das despesas com ensino (A + B + C + D + E + F + G + H)		8.019.985,53
(J) Valor repassado ao Fundeb		9.976.684,50
(K) Total das despesas registradas como gasto em educação (I + J)		17.996.670,03
(L) Dedução do Sigfis/BO		0,00
(M) Dedução de restos a pagar dos exercícios anteriores		0,00
(N) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (K - L - M)		17.996.670,03
(O) Receita resultante de impostos		56.022.251,02
(P) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (N/Ox100)		32,12%

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal nº 4.320/64 – fls. 174/179; quadros às fls. 1055 e 1056v; demonstrativos contábeis às fls. 446/463, 905 e 929; relação de cancelamento de RP, fl. 464 e planilha Sigfis de fls. 981/993.

Nota 1: conquanto o município tenha executado despesas com educação na subfunção 122 (administração geral), com recursos de impostos e transferências de impostos, no montante de R\$ 349.813,82, tais despesas não foram incluídas no quadro acima, visto que o município aplica recursos também no ensino médio, não sendo possível identificar, dessa forma, se as referidas despesas foram aplicadas no ensino fundamental, conforme documentos de fls. 905 e 926/928.

Nota 2: embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores, o mesmo não será excluído do total das despesas com educação, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite mínimo constitucional, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite mínimo naqueles exercícios.

Desta forma, constata-se que o município **cumpriu o limite** estabelecido nos artigos 212 da Constituição Federal e 266 da Lei Orgânica Municipal, tendo aplicado 32,12% destes recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O município encaminhou as informações sobre os gastos com educação indicando como recursos utilizados a fonte “ordinários”. No entanto, entende-se que o município deve segregar as fontes de recursos, utilizando na aplicação de gastos com educação para fins de limite constitucional apenas os recursos

oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte “ordinários” pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos.

Este fato será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 5**.

Conforme se verifica nos demonstrativos contábeis apresentados, o município aplica recursos em ensino médio – subfunção 362. Destaca-se, no entanto, que as despesas com a educação de jovens e adultos correspondem à educação básica na modalidade ensino fundamental, conforme especificado no documento de fl. 905, motivo pelo qual foram incluídas na base de cálculo do limite da educação apresentado no quadro anterior.

4.5) DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

A Educação básica tem seu resultado monitorado por meio do indicador de desempenho denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, que, além de informar o desempenho médio da Educação nacional, permite a todo ente federado avaliar o desempenho de sua rede escolar.

O Ideb foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep em 2007 e relaciona, de forma pioneira, informações de rendimento escolar (aprovação) e desempenho (proficiências) em exames padronizados, como a Prova Brasil – para os municípios e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país.

No que concerne ao desempenho em face do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, relativo ao exercício de 2015, o município obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS DO IDEB - 2015

Nota 4ª série/ 5º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios	Nota 8ª série/ 9º ano	Meta	Percentual de alcance da meta	Posição em relação aos 91 municípios
5,0	4,8	104%	20º	4,2	5,3	79%	56º

Fonte: Ministério da Educação e Cultura e banco de dados da CGM.

Observa-se que o município de Cantagalo não atingiu a meta prevista na etapa referente à 8ª série/9º ano. Dessa forma, com intuito de atingir as metas fixadas, faz-se necessário que se estabeleçam procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle do desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do IDEB.

Tal fato será objeto de **recomendação** ao final deste relatório.

4.6) FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi instituído pela Lei Federal n.º 11.494, de 20/07/2007. O fundo, de natureza contábil, é formado pela contribuição de recursos do estado e municípios e, complementarmente pela União, quando necessário.

No caso específico dos municípios, a contribuição, compulsória, é formada pela dedução de 20% (vinte por cento) das receitas de transferências do FPM, ICMS, IPI Exp., ICMS Des., IPVA e ITR.

4.6.1) DA DETERMINAÇÃO PLENÁRIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2015 PARA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

O Plenário desta Corte, em sessão realizada em 08/11/2016, relativa à prestação de contas de governo do exercício de 2015, processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16, decidiu pela seguinte determinação:

III – COMUNICAÇÃO, com fulcro no §1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA, atual Prefeito de CANTAGALO, para que seja alertado:

[...]

- para providenciar o ressarcimento, no valor de R\$209.790,02, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

Em análise efetuada nas contas do Fundeb, verifica-se que o ressarcimento financeiro determinado pelo Plenário **foi efetuado** pelo município em 04/07/2016, no valor de R\$209.790,05, conforme demonstra o extrato bancário às fls. 492 e 934.

4.6.2) DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB

No exercício de 2016, o município registrou como total das receitas do Fundeb o valor de R\$7.306.974,70, correspondente aos recursos repassados acrescido do valor das aplicações financeiras, conforme demonstrado:

RECEITAS DO FUNDEB	
Natureza	Valor - R\$
Transferências multigovernamentais	7.277.934,95
Aplicação financeira	29.039,75
Complementação financeira da União	0,00
Total das Receitas do Fundeb	7.306.974,70

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179.

Verifica-se que o valor registrado pela contabilidade do município como transferências recebidas do Fundeb **guarda** paridade com o valor informado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme documento de transferências de repasses, anexado às fls. 995.

RECEITAS DO FUNDEB	
Descrição	Valor - R\$
(A) Transferências recebidas contabilizadas pelo município	7.277.934,95
(B) Valor informado pela STN	7.277.934,95
(C) Diferença (A-B)	0,00

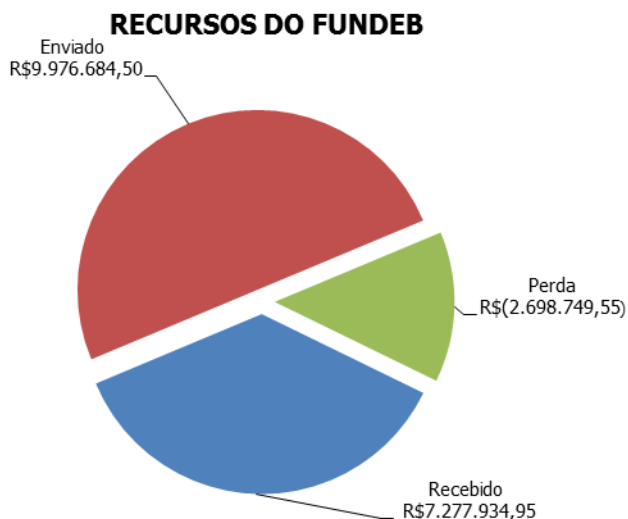
Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179, documento STN de fls. 995.

4.6.3) DO RESULTADO ENTRE O RECEBIMENTO E CONTRIBUIÇÕES AO FUNDEB

Conforme apontado anteriormente, o município recebeu transferências do Fundeb no total de R\$7.277.934,95. Comparando o valor recebido com a contribuição realizada pelo município ao Fundo, ou seja, com o valor transferido decorrente da dedução de 20% (vinte por cento) das receitas de transferências de impostos: FPM, ICMS, IPI Exp., ICMS Des., IPVA e ITR, verifica-se que o município perdeu recursos no total de R\$2.698.749,55, como demonstrado:

RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	
Descrição	R\$
Valor das transferências recebidas do Fundeb	7.277.934,95
Valor da contribuição efetuada pelo município ao Fundeb	9.976.684,50
Diferença (perda de recursos)	-2.698.749,55

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179.



4.6.4) DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB

4.6.4.1) DO PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Do total dos recursos recebidos do Fundeb, acrescido do resultado das aplicações financeiras, o município deve aplicar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, no caso, dos profissionais que atuam no ensino fundamental e infantil, conforme determina o artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07.

O quadro a seguir demonstra o resultado alcançado pelo município no exercício de 2016:

PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	
(A) Total registrado como pagamento dos profissionais do magistério	6.929.311,90
(B) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais do magistério	0,00
(C) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores - magistério	0,00
(D) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais do magistério (A - B - C)	6.929.311,90
(E) Recursos recebidos do Fundeb	7.277.934,95
(F) Aplicações financeiras do Fundeb	29.039,75
(G) Complementação de recurso da União	0,00
(H) Total dos recursos do Fundeb (E + F + G)	7.306.974,70
(I) Percentual do Fundeb na remuneração do magistério do ensino básico (mínimo 60,00% - artigo 22 da Lei 11.494/07) (D/H)x100	94,83%

Fonte: demonstrativo contábil de fls. 548/549; Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179 e quadro de fls. 547.

Conforme se observa, o município **cumpriu** o limite estabelecido no artigo 22 da Lei Federal n.º 11.494/07, tendo aplicado 94,83% destes recursos no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério.

4.6.4.2) DA APLICAÇÃO MÍNIMA DE 95% DOS RECURSOS

A Lei Federal n.º 11.494/07 (Lei do Fundeb) estabelece, no seu artigo 21, que os recursos do Fundeb serão utilizados pelo município, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública.

Nota-se que, a princípio, deve o município aplicar todos os recursos recebidos no próprio exercício. No entanto, o mesmo artigo da lei permite, em seu § 2º, que até 5% (cinco por cento) desses recursos sejam utilizados no 1º trimestre do exercício seguinte, mediante a abertura de crédito adicional.

Tal flexibilização da regra ocorre pelo fato de ser verificado, ao final do ano, o recebimento de créditos oriundos do Fundeb, cuja aplicação fica prejudicada em função da proximidade do encerramento do exercício.

Assim, será realizada a avaliação do cumprimento da citada lei federal, no que concerne à aplicação do *superavit* financeiro porventura existente no exercício anterior, bem como da exigência de aplicação mínima de 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos recebidos do Fundeb no exercício de 2016.

4.6.4.2.1) DO RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2015)

Como mencionado anteriormente, a Lei Federal n.º 11.494/07 permite a aplicação de até 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundeb no 1º trimestre do exercício seguinte, por meio da abertura de créditos adicionais.

A fonte de recurso a ser utilizada, portanto, para a abertura do referido crédito adicional, deve ser o *superavit* financeiro verificado ao final do exercício anterior, uma vez que sem o recurso financeiro não se poderia efetuar a abertura do crédito.

Com base nas informações presentes na prestação de contas de governo do exercício anterior (Proc. TCE-RJ n.º 215.862-4/16) verifica-se que a conta Fundeb registrou ao final do exercício de 2015 um *deficit* financeiro de R\$209.789,99, de acordo com o Balancete encaminhado pela Prefeitura naquele processo.

A existência de *deficit* financeiro no exercício anterior indica que o município empenhou despesas em exercícios anteriores em montante superior aos recursos recebidos.

Dessa forma, não há ajuste a ser realizado na movimentação do Fundeb no exercício de 2016, uma vez que não ocorreu *superavit* financeiro no exercício de 2015.

4.6.4.2.2) DO CÁLCULO DA APLICAÇÃO MÍNIMA LEGAL

No quadro, a seguir, demonstra-se o valor total das despesas empenhadas no exercício de 2016 com recursos do Fundeb, em face do que dispõe o artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07:

CÁLCULO DAS DESPESAS EMPENHADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			
Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício			7.277.934,95
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb			29.039,75
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício (A + B)			7.306.974,70
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício		7.363.871,50	
(E) <i>Superavit</i> financeiro do Fundeb no exercício anterior		0,00	
(F) Despesas não consideradas		0,00	
i. Exercício anterior	0,00		
ii. Desvio de finalidade	0,00		
iii. Outras despesas	0,00		
(G) <i>Deficit</i> financeiro do Fundeb no exercício		74.642,50	
(H) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores		0,00	
(I) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (D - E - F - G - H)			7.289.229,00
(J) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (I/C)			99,76%

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179; demonstrativo às fls. 446/463; quadro de fls. 547; demonstrativos contábeis de fls. 548/549; cancelamento de RP, fls. 906 e 933; prestação de contas de governo de 2015 - processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16 e planilha Sigfis de fls. 981/993.

Nota 1 (item G): registra-se que as despesas empenhadas à conta do Fundeb sem a respectiva disponibilidade de recursos do fundo (*deficit* financeiro), no valor de R\$74.642,50 (balancete de fl. 467), foram excluídas da base de cálculo do limite mínimo de aplicação de 95% (noventa e cinco por cento) exigido pelo § 2º do artigo 21 da Lei Federal n.º 11.494/07, uma vez que tais despesas, empenhadas sem recursos do Fundeb, serão honradas somente no exercício seguinte à conta de outros recursos.

Nota 2: embora tenha ocorrido cancelamento de Restos a Pagar de exercícios anteriores (R\$ 121.335,37), o mesmo não será excluído do total das despesas consideradas como gastos do Fundeb, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite naqueles exercícios.

Como se observa, o município utilizou, neste exercício, 99,76% dos recursos do Fundeb de 2016, restando a empenhar 0,24%, em observância ao § 2º do artigo 21 da Lei n.º 11.494/07, que estabelece que os recursos deste Fundo serão utilizados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, podendo ser utilizado no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, até 5% destes recursos.

4.6.4.2.3) DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDEB EM 2016

A movimentação financeira dos recursos do Fundeb e o saldo financeiro existente para o exercício seguinte podem ser demonstrados da seguinte forma:

FUNDEB		
Movimentação financeira		Valor - R\$
I	Saldo financeiro contábil do exercício anterior (31/12/2015)	56.854,97
Entradas		
II	Recursos recebidos do Fundeb	7.277.934,95
III	Receitas de aplicações financeiras	29.039,75
IV	Créditos referentes a consignações	0,00
V	Outros créditos	209.790,05
VI	Total dos recursos financeiros (I+II+III+IV+V)	7.573.619,72
Saídas		
VII	Despesa orçamentária paga exclusivamente com recursos do Fundeb	6.356.604,94
VIII	Restos a pagar pagos exclusivamente com recursos do Fundeb	163.055,29
IX	Consignações pagas exclusivamente com recursos do Fundeb	790.602,41
X	Outros débitos	121.335,37
XI	Total de despesas pagas (VII+VIII+IX+X)	7.431.598,01
XII	Saldo financeiro apurado (VI-XI)	142.021,71
XIII	Saldo financeiro contábil registrado em 31/12/2016	142.021,65
XIV	Diferença apurada (XII-XIII)	-0,06

Fonte: quadro às fls. 539; Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179; conciliações bancárias às fls. 470/474; quadro, fls. 445; demonstrativos contábeis às fls. 446/463; quadro, fl. 547, demonstrativos contábeis às fls. 548/549; documentos de fls. 543/546, 906 e 934, 933 e 935; Balancete, fls. 467 e prestação de contas de governo de 2015 - processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16.

Nota 1: outros créditos referem-se ao ressarcimento à conta do Fundeb em razão do déficit financeiro do exercício de 2015 e outros débitos são relativos a restituição à conta da Prefeitura (recursos próprios), decorrente de cancelamento de RP, cujo empenho correrá às expensas de recurso transferido da Prefeitura à conta do Fundeb para cobertura de déficit, conforme informado às fls. 933 e 935 e extratos de fls. 492 e 934.

Nota 2: a diferença de R\$ 0,06 provém da linha V – Outros créditos, entre o valor de ressarcimento à conta do Fundeb efetivamente realizado (R\$ 209.790,05) e o valor ordinariamente considerado pelo município no quadro de fl. 539 (R\$ 209.789,99), sendo a mesma desconsiderada em virtude de sua imaterialidade.

4.6.4.2.4) RESULTADO FINANCEIRO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (2017)

Considerando que o resultado financeiro para o exercício seguinte, verificado em 31/12/2016, pode não representar exatamente a simples sobra entre receitas recebidas e despesas empenhadas, uma vez que outras movimentações porventura realizadas podem impactá-lo ao final do exercício, como ressarcimento financeiro creditado na conta do Fundeb, cancelamentos de passivos, etc., será demonstrada, a seguir, a análise do resultado financeiro para o exercício de 2017:

RESULTADO FINANCEIRO DO FUNDEB PARA O EXERCÍCIO 2016	
Descrição	Valor - R\$
Déficit financeiro do Fundeb no exercício de 2015	-209.789,99
(+) Receita do Fundeb recebida em 2016	7.277.934,95
(+) Receita de aplicação financeira do Fundeb de 2016	29.039,75
(+) Ressarcimento efetuado à conta do Fundeb em 2016 (1)	88.454,68
(+) Créditos outros (depósitos, transferências, etc) em 2016	0,00
(+) Cancelamento de passivo financeiro (RP, Outros) efetuados em 2016 (2)	0,00
= Total de recursos financeiros em 2016	7.185.639,39
(-) Despesas empenhadas do Fundeb em 2016	7.363.871,50
= Deficit Financeiro Apurado em 31/12/2016	-178.232,11

Fonte: prestação de contas de governo de 2015 - processo TCE-RJ n.º 215.862-4/16; Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179; quadro de fls. 1061; extratos de fls. 492 e 934 e relação de cancelamentos de passivos – fls. 906 e 933.

Nota (1): o valor refere-se ao ressarcimento à conta do Fundeb em razão do deficit financeiro do exercício de 2015, conforme determinado na respectiva prestação de contas (Processo TCE/RJ nº 215.862-4/16) e comprovado nos extratos de fls. 492 e 934 (R\$ 209.790,05), deduzido do valor restituído da conta Fundeb à conta do Tesouro Municipal (recursos próprios), em 2016, em virtude de cancelamento de passivo que compunha aquele deficit, conforme informado às fls. 933 e 935 (R\$ 121.335,37).

Nota (2): embora tenha ocorrido cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, no montante de R\$ 121.335,37, o mesmo não foi considerado na apuração do quadro acima para fins de acréscimo de recursos na conta do Fundeb, tendo em vista que o recurso foi ressarcido à conta do Tesouro Municipal (recursos próprios), no próprio exercício de 2016, conforme informado às fls. 933 e 935.

O valor do *deficit* financeiro para o exercício de 2017 apurado no quadro anterior – R\$178.232,11 diverge do valor registrado pelo município no balancete – R\$74.642,50 (fls. 467), apontando uma diferença no montante de R\$103.589,61.

O saldo contábil registra um *deficit* inferior ao apurado na presente instrução.

Tal divergência será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 6**.

Adicionalmente, entende-se que o valor do *deficit* financeiro apontado pela contabilidade da Prefeitura, no montante de R\$74.642,50, deverá ser ressarcido à conta do Fundeb para se resgatar o necessário equilíbrio financeiro da conta.

Cabe ainda destacar que o parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (fls. 60/62) sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo concluiu pela regularidade, conforme previsto no artigo 24 da Lei n.º 11.494/07.

Oportunamente, observa-se que o cadastro do Conselho do Fundeb consta como regular junto ao Ministério da Educação – MEC, conforme consulta efetuada ao *site* daquele órgão (fls. 996/997).

5) DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Em atendimento ao § 3º, artigo 198 da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, foi editada a Lei Complementar n.º 141, em 13 de janeiro de 2012, dispondo sobre valores mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.

Segundo a referida Lei Complementar, serão consideradas, para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos, as despesas em ações e serviços públicos de saúde voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no artigo 7º da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Já o artigo 3º destaca as despesas em ações e serviços públicos de saúde para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos, enquanto o artigo 4º estabelece aquelas que não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde.

Cabe registrar, ainda, que a Lei Complementar prevê em seu artigo 39, a criação do Módulo de Controle Externo no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde – MCE/SIOPS, gerido pelo Ministério da Saúde, no qual os Tribunais de Contas deverão registrar as informações sobre a aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde considerados para fins de emissão de parecer prévio.

No que concerne à apuração do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, segundo o artigo 24 da lei, deverão ser consideradas:

- I – as despesas liquidadas e pagas no exercício; e
- II – as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde.

Destaca-se que a Lei Complementar não menciona as despesas liquidadas não pagas. Não obstante, essas despesas devem compor o cálculo do limite mínimo constitucional, visto ser este o critério utilizado pelo Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS criado pelo Ministério da Saúde, bem como ser esta a metodologia aplicada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme estabelece a Portaria n.º 553/14, que aprovou o Manual de Demonstrativos Fiscais, o qual assim dispõe:

Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde serão

consideradas as despesas:

I – pagas;

II – liquidadas e inscritas em Restos a Pagar; e

III – empenhadas e não liquidadas inscritas em Restos a Pagar até o limite da disponibilidade de caixa do exercício.

Importa ainda ressaltar que nessa fase da despesa os bens e os serviços públicos de saúde já foram devidamente entregues e colocados à disposição da sociedade. Assim, como já mencionado, serão considerados em nossa análise o total das despesas liquidadas e, ainda, os restos a pagar não processados (despesa não liquidada), que possuam disponibilidades de caixa de impostos e transferências de impostos.

Isto posto, demonstra-se, a seguir, a análise do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços de saúde, observando o novo regramento trazido pela Lei Complementar n.º 141/12.

5.1) DA VERIFICAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DAS DESPESAS NOS ARTIGOS 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 141/12

A fim de verificar a adequação das despesas aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.º 141/12, serão considerados os dados encaminhados pelo município por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis.

Observa-se que o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis encontra-se consoante ao valor registrado contabilmente na função 10 – saúde, conforme demonstrado:

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	21.526.831,56
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	21.526.831,56
Diferença	0,00

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 às fls. 162/173 e planilha Sigfis de fls. 998/1004.

Ressalta-se que a qualquer momento este Tribunal poderá verificar a legalidade das despesas realizadas com saúde.

5.2) DAS RECEITAS E DESPESAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

5.2.1) DAS RECEITAS

Os quadros a seguir demonstram a base de cálculo das receitas para fins de apuração do limite das despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde, prevista no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12, adotando como parâmetro o quadro da educação com os devidos ajustes, bem como evidencia as receitas adicionais para o financiamento da saúde pelo município:

Receitas para apuração da aplicação em ASPS (Impostos e transferência de impostos)	Receita arrecadada R\$
(A) Receitas de impostos e transferências	56.022.251,02
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	954.986,94
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A - B - C)	55.067.264,08

Fonte: quadro das receitas resultantes de impostos e transferências legais – item 4.4.1. da base de cálculo da receita; documento de arrecadação do FPM de julho e dezembro de 2016, fls. 1005/1006.

Nota 1: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CF), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias [07/07/2016](#) e [08/12/2016](#). No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, § 2º, inciso III da CF, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Receitas adicionais para financiamento da saúde	Previsão inicial R\$	Previsão atualizada R\$	Receita arrecadada R\$
(E) Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS	7.510.000,00	7.510.000,00	6.606.724,07
Provenientes da União	7.480.000,00	7.480.000,00	6.419.368,15
Provenientes dos Estados	30.000,00	30.000,00	0,00
Provenientes de outros Municípios	0,00	0,00	0,00
Outras receitas do SUS	0,00	0,00	187.355,92
(F) Transferências voluntárias	0,00	0,00	241.109,85
(G) Receitas de operações de crédito vinculadas à saúde	0,00	0,00	0,00
(H) Outras receitas para financiamento da saúde	0,00	0,00	34.578,99
(I) Total das receitas adicionais para financiamento da saúde (E+F+G+H)	7.510.000,00	7.510.000,00	6.882.412,91

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, às fls. 174/179; [Anexo 10 do FMS da Lei Federal n.º 4.320/64, às fls. 301/302](#); previsão inicial e atualizada: base de dados do Sigfis 6º bimestre de 2016, fls. 1007.

Nota 1 – Linha E: nas transferências de recursos do SUS provenientes da União, o montante refere-se às transferências correntes (R\$6.099.368,15) e de capital (R\$320.000,00).

Nota 2 – Linha E: outras receitas do SUS, conforme quadro a seguir:

Receitas	Valor – R\$
Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDO DE SAÚDE	187.355,92

Nota 3 – Linha H: outras receitas para financiamento da saúde, [incluindo receitas de royalties que por ventura tenham sido destinadas a custear ações de saúde \(despesas liquidadas\)](#):

Receitas	Valor – R\$
Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não-Vinculados	19.091,37
Restituições – Outras Restituições	7.223,71
Receitas Diversas – Outras Receitas	3.343,91
Alienação de Bens Móveis	4.920,00
Total	34.578,99

5.2.2) DAS DESPESAS

A seguir registra-se o total das despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde detalhadas por grupo de natureza de despesas e as respectivas deduções, indicando, dessa forma, o total gasto pelo município na saúde e o total considerado para fins de limite:

Descrição	Valor - R\$			
Despesas gerais com saúde	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
(A) Despesas correntes	22.512.000,00	23.309.000,00	20.766.582,86	440.828,88
Pessoal e Encargos Sociais	10.825.000,00	12.143.000,00	11.943.452,44	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.687.000,00	11.166.000,00	8.823.130,42	440.828,88
(B) Despesas de capital	1.075.000,00	1.343.000,00	319.419,82	0,00
Investimentos	1.075.000,00	1.343.000,00	319.419,82	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
(C) Total (A+B)	23.587.000,00	24.652.000,00	21.086.002,68	440.828,88
(D) Total das despesas com saúde			21.526.831,56	

Despesas com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas Liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
(E) Despesas com inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(F) Despesa com assistência à saúde que não atende ao princípio de acesso universal	0,00	0,00	0,00	0,00
(G) Despesas custeadas com outros recursos	7.738.000,00	8.588.677,10	6.992.691,00	209.216,82
Recursos de transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	7.738.000,00	8.588.677,10	6.823.168,00	209.216,82
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	169.523,00	0,00
(H) Outras ações e serviços não computados	0,00	0,00	0,00	0,00
(I) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	NA	NA	NA	231.612,06
(J) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, com disponibilidade de caixa	0,00	0,00	0,00	0,00
(K) Total (E+F+G+H+I+J)	7.738.000,00	8.588.677,10	6.992.691,00	440.828,88
(L) Total das despesas com saúde não computadas			7.433.519,88	

(M) Despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite (C-K)	15.849.000,00	16.063.322,90	14.093.311,68	0,00
(N) Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite			14.093.311,68	

Fonte: Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64- fls. 162/173; Quadro E.1 – fls. 936; Quadro E.2 fls. 951, balancete – fls. 571, demonstrativos contábeis – fls. 937/950; previsão inicial e atualizada: base de dados do Sigfis 6º bimestre de 2016, fls. 1007, [cancelamento de RP, fls. 656](#).

Nota 1: embora tenha ocorrido, no exercício de 2016, cancelamento de Restos a Pagar referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$ 67.210,27 (fl. 656), o mesmo não será excluído do total das despesas com saúde, tendo em vista que o montante cancelado não impactaria o cálculo do limite mínimo constitucional daqueles exercícios, ou seja, mesmo desconsiderando o valor das despesas ora canceladas o município ainda assim cumpriria o limite mínimo nos exercícios anteriores.

Nota 2: o quadro E.3 – balancete de verificação demonstrando a disponibilidade financeira e obrigações na fonte de recursos impostos e transferência de impostos (fl. 571) apresentou inconsistência, uma vez que evidenciou também a disponibilidade de parte da fonte de recursos "royalties". Diante disso, foram consideradas no balancete apenas as disponibilidades da fonte de recursos de impostos e transferências de impostos.

Nota 3: o município inscreveu o montante de R\$231.612,06 em restos a pagar não processados, sem a devida disponibilidade, [depois de deduzidas as outras obrigações](#), conforme balancete de fls. 571. Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em saúde para fins do limite.

O município encaminhou as informações sobre os gastos com saúde indicando como recursos utilizados a fonte “ordinários”. No entanto, entende-se que o município deve segregar as fontes de recursos, utilizando na aplicação de gastos com saúde para fins de limite constitucional, apenas os recursos oriundos de impostos e transferências de impostos, uma vez que a fonte “ordinários” pode contemplar outros recursos que não se refiram a impostos.

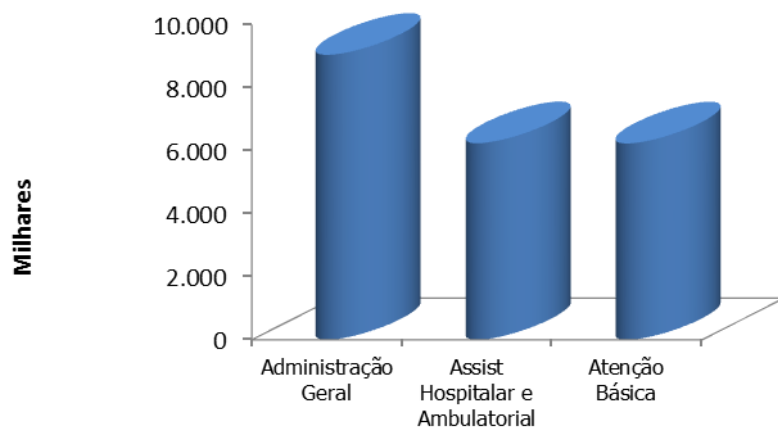
Este fato será considerado junto à **Impropriedade** do item 4.4.2. desta instrução.

5.3) DO TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS NA ÁREA DE SAÚDE POR SUBFUNÇÃO

De acordo com o evidenciado nos demonstrativos, o município efetuou gastos na área de saúde no total de R\$21.526.831,56, conforme demonstra a distribuição por subfunção apresentada no quadro e gráfico a seguir:

DESPESAS COM SAÚDE		
Subfunção	Valor - R\$	% em relação ao total
Administração Geral	9.048.899,87	42,04%
Assist Hosp. e Ambulatorial	6.241.566,47	28,99%
Atenção Básica	6.236.365,22	28,97%
TOTAL DA DESPESA COM SAÚDE	21.526.831,56	100,00%

Fonte: Anexo 08 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 - fls. 162/173.



Observa-se que o gestor aplicou a maior parte dos recursos na subfunção ADMINISTRAÇÃO GERAL, o que representou 42,04% das despesas em ações e serviços públicos de saúde do município.

5.4) DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DAS DESPESAS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

De acordo com o previsto no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12, os municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam o artigo 158 e a alínea “b” do inciso I do *caput* e o § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal.

Isto posto, será evidenciada a situação do município com relação aos gastos com saúde para fins do cálculo do limite constitucional:

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
RECEITAS	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	56.022.251,02
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	954.986,94
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)	55.067.264,08
DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	14.093.311,68
(F) Restos a pagar não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	0,00
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F+G)	14.093.311,68
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	25,59%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179, Quadro E.1 – fls. 936, Quadro E.2 – fls. 951; balancete de fls. 571, documento de arrecadação do FPM de julho e dezembro – fls. 1005/1006 e [cancelamento de RP – fls. 656](#).

Nota: as Emendas Constitucionais n.ºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, artigo 159 da CF), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias [07/07/2016](#) e [08/12/2016](#). No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no artigo 198, § 2º, inciso III da CF, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Da análise do quadro, verifica-se que o montante gasto com saúde no exercício de 2016, representou 25,59% das receitas de impostos e transferências de impostos, **cumprindo**, portanto, o previsto no artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12.

Vale ressaltar que a Lei Orgânica Municipal não prevê limite mínimo para gastos com saúde.

Observa-se que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde foram geridos diretamente pelo Fundo Municipal de Saúde, totalizando R\$21.526.831,56, conforme Anexos 8 da Lei Federal n.º 4.320/64 Consolidado e do FMS (fls. 299 e 163/173), uma vez que o município repassou a integralidade dos recursos de saúde para o referido fundo, **cumprindo**, assim, o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar n.º 141/12.

[Não obstante, observa-se que alguns municípios ainda executam despesas em ações e serviços públicos de saúde através de outras unidades gestoras](#)

distintas dos fundos municipais de saúde, contrariando o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar n.º 141/12.

Dessa forma, ao final desta instrução será sugerida **comunicação** aos jurisdicionados informando que a partir da análise das contas referente ao exercício financeiro de 2018, encaminhadas em 2019, esta Corte de Contas não mais computará as despesas com ações e serviços de saúde que não tenham sido movimentadas pelo fundo de saúde, para efeito de apuração do limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal, nos estritos termos da Lei Complementar n.º 141/12.

O Conselho Municipal de Saúde, através do parecer acostado às fls. 654/655, opinou favoravelmente quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, na forma do artigo 33 da Lei n.º 8.080/90 c/c § 1º, artigo 36 da Lei Complementar n.º 141/12.

O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no § 5º e *caput* do artigo 36 da Lei Complementar Federal n.º 141/12, realizou audiência pública nos períodos de fevereiro/2016, maio/2016 e setembro/2016, cujas atas encontram-se acostadas às fls. 612 e 634/637 (fevereiro/2016); 627 e 637/640 (maio/2016) e 628/629 e 640/642 (setembro/2016).

6) REPASSE FINANCEIRO PARA O LEGISLATIVO

Conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal, incluído no texto constitucional pela Emenda n.º 25/00, o repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, para custear as despesas do Poder Legislativo, não poderá ultrapassar os limites definidos no *caput* do citado artigo, bem como não poderá ser inferior à proporção fixada na Lei Orçamentária. Tais determinações encontram-se dispostas nos incisos I e III do § 2º do artigo 29-A.

Neste sentido, será feita a seguir a análise dessas normas constitucionais com vistas à verificação da observação ou não desses dispositivos. Contudo, preliminarmente, destaca-se que a Emenda Constitucional n.º 58/09 alterou o limite da base de cálculo do repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo, definindo novos percentuais a serem observados, como segue:

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I – 7% (sete por cento) para municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 6% (seis por cento) para municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III – 5% (cinco por cento) para municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV – 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V – 4% (quatro por cento) para municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI – 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

(...)

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do prefeito Municipal:

I – efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo:

II – não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou

III – enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

Assim, considerando os critérios estabelecidos pela Emenda n.º 58/09, verifica-se que o total do repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo ao Legislativo, no exercício de 2016, não poderá ultrapassar o percentual de **7%** sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Tal limite observa o número de habitantes do município em tela, que, de acordo com dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e encaminhados para o Tribunal de Contas da União para o cálculo das quotas do FPM na forma do inciso VI, artigo 1º c/c o artigo 102 da Lei Federal n.º 8.443/92, no exercício de 2015 foi de **19.759** habitantes.

Registra-se que a população utilizada para o cálculo das quotas do FPM para o exercício de 2016 e consequentemente para o limite previsto no artigo 29-A da CF consta do Anexo IX da Decisão Normativa n.º 148/2015 – TCU (fls. 1008/1009).

LIMITE PREVISTO – BASE DE CÁLCULO

RECEITAS TRIBUTÁRIAS E DE TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015	VALOR (R\$)
(A) RECEITAS TRIBUTÁRIAS (TRIBUTOS DIRETAMENTE ARRECADADOS)	
1112.01.00 - ITR DIRETAMENTE ARRECADADO	0,00
1112.02.00 - IPTU	280.613,63
1112.04.00 - IRRF	1.244.720,76
1112.08.00 - ITBI	299.349,87
1113.05.00 - ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	4.137.975,57
1120.00.00 - TAXAS	394.972,91
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	87.323,72
1230.00.00 - CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP	689.786,48
RECEITA DE BENS DE USO ESPECIAL (cemitério, mercado municipal, etc) (1)	0,00
1911.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	323.873,45
1913.00.00 - MULTA E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	50.774,68
1931.00.00 - DÍVIDA ATIVA DE TRIBUTOS	140.967,86
SUBTOTAL (A)	7.650.358,93
(B) TRANSFERÊNCIAS	
1721.01.02 - FPM	12.450.235,56
1721.01.05 - ITR	83.232,24
1721.01.32 - IOF-OURO	0,00
1721.36.00 - ICMS Desoneração LC 87/96	134.716,09
1722.01.01 - ICMS	35.671.049,61
ICMS Ecológico	214.132,98
Multas e Juros de Mora do ICMS	104.123,02
1722.01.02 - IPVA	1.059.682,69
Multas e Juros de Mora do IPVA	24.427,19
1722.01.04 - IPI - Exportação	768.810,36
1722.01.13 - CIDE	18.472,26
SUBTOTAL (B)	50.528.882,00
(C) DEDUÇÃO DAS CONTAS DE RECEITAS	0,00
(D) TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS (A + B - C)	58.179.240,93
(E) PERCENTUAL PREVISTO PARA O MUNICÍPIO	7,00%
(F) TOTAL DA RECEITA APURADA (D x E)	4.072.546,87
(G) GASTOS COM INATIVOS (fls. 265/266)	0,00
(H) LIMITE MÁXIMO PARA REPASSE DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO EM 2016 (F + G)	4.072.546,87

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 do exercício de 2015 – fls. 969/974 e Anexo 02 da Câmara da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 265/266

Nota:

1 – Receitas de mercado municipal, de cemitério, de aeroporto, de terra dos silvícolas, conforme voto proferido no processo TCE-RJ n.º 261.314-8/02;

6.1) VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL **(Artigo 29-A, § 2º, inciso I)**

Verifica-se, de acordo com o quadro a seguir, que o limite de repasse do Executivo para o Legislativo, em função do disposto no artigo 29-A, § 2º, inciso I da Constituição Federal, **foi respeitado**.

R\$	
Limite de repasse permitido art. 29-A (A)	Repasse recebido (B)
4.072.546,87	4.063.548,36

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara– fl. 278.

6.2) VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO FINAL DA CÂMARA (Art. 29-A, § 2º, inciso III)

De acordo com a Lei Orçamentária e com o Balanço Orçamentário da Câmara (orçamento final), verifica-se que o total previsto para repasse ao Legislativo no exercício de 2016 montava em R\$4.063.548,34.

Comparando este valor com o efetivamente repassado à Câmara Municipal, fls. 278, constata-se o repasse em igual montante, tendo sido observado o previsto no orçamento final da Câmara e no inciso III, § 2º do artigo 29-A da Constituição Federal, conforme se demonstra:

R\$	
Orçamento final da câmara	Repasse recebido
4.063.548,34	4.063.548,36

Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro da Câmara – fls. 275/277 e 278.

7) OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS EM FINAL DE MANDATO ARTIGO 42 DA LRF

A Lei Complementar Federal n.º 101/00, com o objetivo de garantir o equilíbrio das finanças públicas e a responsabilidade na gestão fiscal definida no § 1º do seu artigo 1º, estabeleceu normas para a transição de término de mandato dos titulares dos Poderes, objetivando não prejudicar Administrações posteriores onerando seus orçamentos.

Com esta finalidade, foram estabelecidas regras rígidas a serem observadas por ocasião do término de mandato dos gestores, das quais se destaca a disposta em seu artigo 42, que veda, nos dois últimos quadrimestres do exercício, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, a saber:

Art. 42 – É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único – Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício. (grifos nossos)

Nesse sentido, esta Corte de Contas editou a Deliberação TCE-RJ n.º 248/08, a qual instituiu o “Módulo Término de Mandato” no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – SIGFIS, com o objetivo de regulamentar o envio dos elementos necessários à análise das vedações e restrições impostas no último ano de gestão.

Cabe destacar que as informações integrantes do módulo “Término de Mandato” constituirão fonte oficial para análise, pelo Tribunal de Contas, do cumprimento das regras a serem observadas pelos agentes públicos no último ano do mandato, podendo, se necessário para fins da análise, ser utilizadas outras informações obtidas a partir dos dados disponíveis nos bancos de dados e demais fontes existentes neste Tribunal, de acordo com o §3º da Deliberação TCE-RJ n.º 248/08.

A metodologia, as planilhas utilizadas e a análise técnica foram apresentadas de forma mais detalhada no preâmbulo intitulado *ANÁLISE DO ARTIGO 42 DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/00 – LRF* às fls. 1020/1027.

7.1) DA ANÁLISE

7.1.1) ASPECTOS FORMAIS

O município encaminhou as bases de dados referentes ao Módulo Término de Mandato, na forma evidenciada abaixo, **tempestivamente**, conforme consulta ao Sistema de Recebimentos de Dados do SIGFIS (fls. 1010), em vista do prazo previsto no inciso I, artigo 2º, da Deliberação TCE-RJ n.º 248/08.

Foram enviados os dados das seguintes unidades gestoras:

Unidades Gestoras	DATA DA ENTREGA
Prefeitura Municipal	16/02/2017
Fundo Municipal de Saúde	15/02/2017
Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	15/02/2017
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	15/02/2017
Fundo Municipal de Assistência Social	15/02/2017

Nota: a intempestividade na entrega dos dados por parte da Prefeitura Municipal será relevada, tendo em vista o atraso de apenas 01 (um) dia.

7.2) DOS RESULTADOS

7.2.1) CONTRATOS FORMALIZADOS

Em análise efetuada na relação de contratos fornecida pelo município por meio do Sistema SIGFIS/Del. 248 deste Tribunal, foi verificado o preenchimento dos campos, conforme destacado na mesma.

Foi apresentado, no relatório de Contratos, relativo aos contratos e seus aditivos vigentes independentemente da modalidade licitatória adotada ou de sua dispensa/inexigibilidade, o valor total contratado de **R\$ 862.900,84** (Planilha: “Contratos Formalizados a partir de 01/05/2016” gravada na mídia digital – CD, fls. 1012), dos quais **R\$ 838.614,00** foram empenhados, não havendo valor a ser considerado no cômputo do “total das obrigações contraídas” na avaliação final do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

7.2.2) RESTOS A PAGAR DE EMPENHOS EMITIDOS APÓS 01/05/16

Foram apresentados os restos a pagar de empenhos efetuados após 01/05/2016, informados pelo município por meio do Sistema SIGFIS/Del.248 deste Tribunal. Em análise a esta tabela foi verificado o preenchimento dos campos, conforme destacado na mesma.

Foi apresentado, na Planilha: “Restos a Pagar de Empenhos Emitidos após 01/05/2016” (gravada na mídia digital - CD, fls. 1012), o valor total inscrito em RP Processados de R\$ 1.455.809,83, em RP Não Processados foram inscritos R\$ 1.141.831,27, e o montante de R\$ 96.852,10 deveria ser considerado no cômputo do “total das obrigações contraídas” na avaliação final do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (fl. 1011).

Observa-se, entretanto, que no exercício de 2016 foram inscritos restos a pagar no total de R\$ 3.598.888,16, conforme Balanço Financeiro Consolidado às fls. 190/193. Considerando-se que, deste montante, R\$ 2.597.641,10 sejam

de empenhos emitidos a partir de 01/05/2016, conforme relatório citado no parágrafo precedente (R\$ 1.455.809,83 + R\$ 1.141.831,27), restaria ainda o valor de R\$ 1.001.247,06 de restos a pagar contabilmente inscritos em 2016.

Deste total, conforme consta das informações referentes aos “Encargos e Despesas Compromissadas a Pagar” (relatório extraído do Sistema SIGFIS/Del.248 - registros gravados em CD, fls. 1012), o município declara restos a pagar no montante de R\$ 431.060,50, de empenhos emitidos até 30/04/2016. Inferindo-se, na forma menos gravosa ao Chefe do Executivo local, que todos esses restos a pagar sejam de empenhos emitidos entre 01/01/2016 e 30/04/2016 (ou seja, desconsiderando eventual saldo de empenhos emitidos e inscritos em restos a pagar até 31/12/2015), restaria ainda o montante de R\$ 570.186,56 (R\$ 1.001.247,06 – R\$ 431.060,50), referente a RP inscritos no exercício de 2016, registrado contabilmente pelo município, porém não declarado no relatório por meio do Sistema SIGFIS/Del.248, conforme a seguir discriminado:

R\$

A - RP INSCRITOS ATÉ 30/04/2016 – SIGFIS/DEL. 248	431.060,50
B - RP INSCRITOS A PARTIR DE 01/05/2016 – NÃO CONSIDERADOS PARA FINS DO ART. 42 DA LRF - SIGFIS/DEL. 248	2.500.789,00
C - RP INSCRITOS A PARTIR DE 01/05/2016 – CONSIDERADOS PARA FINS DO ART. 42 DA LRF - SIGFIS/DEL. 248	96.852,10
D - TOTAL RP INSCRITOS EM 2016 – SIGFIS DEL. 248 (A+B+C)	3.028.701,60
E - RP INSCRITOS EM 2016 – BALANÇO FINANCEIRO (E)	3.598.888,16
DIFERENÇA (E-D)	570.186,56

Imperioso, portanto, que seja ajustado o “total das obrigações contraídas” na avaliação final do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo computado, além do valor declarado pelo município (R\$ 96.852,10), o montante da diferença apontada (R\$ 570.186,56), totalizando R\$ 667.038,66.

7.2.3) DESPESAS REALIZADAS NÃO INSCRITAS EM RP

Não houve registros de despesas realizadas, empenhadas ou não, que deixaram de ser inscritas em restos a pagar.

7.2.4) RECONHECIMENTO/CONFISSÃO DE DÍVIDAS

Não houve registros de atos e/ou termos de reconhecimento ou confissão de dívida, ajuste de contas ou similares, referentes a despesas que não foram processadas em época própria, não integralmente pagas, empenhadas ou não informadas pelo município.

7.2.5) AVALIAÇÃO DO ART. 42

Neste tópico será promovida a verificação da consonância das disponibilidades financeiras e dos Encargos e Despesas Compromissadas a Pagar registradas nos dados obtidos pelo Sistema SIGFIS/Del.248 com os dados contábeis.

Tal comparação visa resguardar a real capacidade de pagamento apresentada pelo município, bem como seu endividamento de curto prazo, evitando-se distorções por ausência de registros no Sistema SIGFIS/Del. 248.

7.2.5.1) Das Disponibilidades Financeiras

Demonstra-se, a seguir, o confronto entre os valores das disponibilidades financeiras registradas no demonstrativo contábil – Balanço Patrimonial e os dados lançados pelo município no Sistema SIGFIS/Del.248:

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS EM 31/12/2016 - QUADRO I

Natureza	Valor - R\$
(A) Saldo do Balanço Patrimonial Consolidado	10.932.202,45
(B) Regime Próprio de Previdência	7.373.308,72
(C) Câmara Municipal	4.830,00
(D) Convênios (conforme dados do Sistema SIGFIS/Del.248)	459.484,98
(E) Total das Disponibilidades registradas pela Contabilidade Ajustada (A-B-C-D)	3.094.578,75
(F) Total das Disponibilidades registradas no SIGFIS-Del. 248 (Registros gravados em CD - fls. 1012)	2.757.215,75
(G) Diferença (E-F)	337.363,00

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 912/917, Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 279/281, Balanço Patrimonial do Instituto de Previdência, fls. 420/424, Relatório de Disponibilidades de Convênios extraído do SIGFIS (os saldos de convênios são excluídos pela Del. 248), fls. 979/980 e Planilha do SIGFIS/Del.248 fls. 1011.

Observa-se uma divergência entre o valor total das disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del. 248. Dessa forma, será utilizado em nossa análise o valor apurado *ajustado* com base nos dados da contabilidade da Prefeitura Municipal – R\$ 3.094.578,75, uma vez que se optou pela utilização, sempre que possível, das informações contábeis como base principal para análise dos resultados apurados nas Prestações de Contas.

Não obstante, a divergência no montante de R\$ 337.363,00, apresentada entre o valor das disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del.248 será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 7**.

7.2.5.2) Dos Encargos e Despesas Compromissadas a pagar

Quanto aos encargos e despesas compromissadas a pagar, efetuamos a comparação entre os valores registrados no demonstrativo contábil – Balanço Patrimonial e os dados lançados pelo município no Sistema SIGFIS/Del.248, a saber:

ENCARGOS E DESPESAS COMPROMISSADAS A PAGAR EM 31/12/2016 - QUADRO II

Natureza	Valor - R\$
(A) Saldo do Balanço Patrimonial Consolidado	4.959.844,69
(B) Regime Próprio de Previdência	349.509,34
(C) Câmara Municipal	4.830,00
(D) Convênios (conforme dados do Sistema SIGFIS/Del.248)	471.552,27
(E) Restos a Pagar a Partir de 01/05/2016	667.038,66
(F) Total dos Encargos e Despesas Compromissadas a Pagar registradas pela Contabilidade Ajustado (A-B-C-D-E)	3.466.914,42
(G) Total dos Encargos e Despesas Compromissados a Pagar registradas no SIGFIS-Del. 248 (Registros gravados em CD - fls. 1012)	3.148.984,65
(H) Diferença (F-G)	317.929,77

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, fls. 912/917, Balanço Patrimonial da Câmara, fls. 279/281, Balanço Patrimonial do Instituto de Previdência, fls. 420/424, Relatório de Passivos de Convênios extraído do SIGFIS (os saldos de convênios são excluídos pela Del. 248), fls. 979/980 e Planilha do SIGFIS/Del.248 de Restos a Pagar a Partir de 01/05/16 e de Encargos de Despesas Compromissadas a Pagar, fls. 1011.

Nota (linha A): valor refere-se ao Passivo Financeiro Ajustado, qual seja o Passivo Financeiro evidenciado no Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ 4.825.452,51) somado ao cancelamento de restos a pagar processados demonstrados no Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados do Balanço Orçamentário Consolidado (R\$ 134.392,18), conforme exposto no item V.5 desta instrução.

Nota (linha E): refere-se ao valor declarado pelo município (R\$ 96.852,10), acrescido do ajuste de R\$ 570.186,56, proveniente da divergência entre os registros contábeis e os dados lançados no SIGFIS/Del. 248, conforme análise do item 7.2.2 desta instrução.

Como demonstrado, apurou-se divergência entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade e as evidenciadas no Sistema SIGFIS/Del.248. Dessa forma, será utilizado em nossa análise o valor apurado *ajustado* com base nos dados da contabilidade da Prefeitura Municipal – R\$ 3.466.914,42, uma vez que se optou pela utilização, sempre que possível, das informações contábeis como base principal para análise dos resultados apurados nas Prestações de Contas.

Não obstante, a divergência no montante de R\$ 317.929,77, apresentada entre o valor dos encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade e o evidenciado no Sistema SIGFIS/Del.248, será objeto da **Impropriedade e Determinação n.º 8**.

Assim, com base nos demonstrativos contábeis e nos dados apresentados no Sistema SIGFIS/Del.248, consignados na planilha de fls. 1011 e gravadas em

CD, fls. 1012, que apresenta o resumo da avaliação de todos os dados considerados na análise do estabelecido artigo 42 da LRF, apuramos o seguinte resultado:

Total das Disponibilidades Financeiras em 31/12/2016 (A)	Total dos Encargos e das Despesas Compromissadas a Pagar em 31/12/2016 (B)	Disponibilidade de Caixa 31/12/2016 C = (A-B)
3.094.578,75	3.466.914,42	-372.335,67

Total das Disponibilidades de Caixa em 31/12/2016 (C)	Total das Obrigações de Despesa Contraídas (D)	Suficiência ou Insuficiência de Caixa - 31/12/2016 – Art. 42 LRF E = (C-D)
-372.335,67	667.038,66	-1.039.374,33

Fonte: item (A) Disponibilidades Financeiras Apuradas - Quadro I, **item (B)** Encargos e Despesas a Pagar Apurados – Quadro II, **item (D)** Planilha de avaliação final do artigo 42, fls. 1011.

NOTA: composição dos valores do item "D"

Descrição	Valor - R\$	Valor Total - R\$	Planilhas Del. 248
Total das Obrigações de Despesas Contraídas		667.038,66	Todas as Planilhas constam da mídia/CD em anexo (fls. 1012)
Contratos Formalizados a partir de 01/05	0,00		
Restos a Pagar a partir de 01/05/16, considerados como despesas para efeito do artigo 42	667.038,66		
Despesas Não Inscritas em Restos a Pagar	0,00		
Dívidas Reconhecidas	0,00		

O total dos restos a pagar a partir de 01/05/2016, considerados como despesas para efeito do artigo 42, refere-se ao valor declarado pelo município (R\$ 96.852,10), acrescido do ajuste de R\$ 570.186,56, proveniente da divergência entre os registros contábeis e os dados lançados no SIGFIS/Del. 248, conforme análise do item 7.2.2 desta instrução.

O demonstrativo acima evidencia que **não houve a observância** do estabelecido no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 pelo Poder Executivo.

Este fato será objeto da **Irregularidade e Determinação n.º 2.**

Ressalte-se que o descumprimento do artigo 42 da LRF poderá caracterizar crime contra as finanças públicas, tipificado no artigo 369-C do Código Penal (Decreto-lei n.º 2.848/1940), com a redação dada pelo artigo 2º da Lei Federal nº 10.028/2000. Dessa forma, será sugerido, ao final deste relatório, expedição de ofício ao Ministério Público Estadual para adoção das medidas que entender cabíveis.

VII – DEMAIS ASPECTOS RELEVANTES

1) ROYALTIES

O artigo 8º da Lei nº 7.990, de 28.12.89, alterada pelas Leis Federais n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13, veda a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no pagamento da dívida, excetuando o pagamento de dívida com a União, bem como a capitalização de fundos de previdência.

A seguir, será apresentada a análise da movimentação dos recursos recebidos a título de *royalties* no exercício de 2016.

1.1) DAS RECEITAS

De acordo com os demonstrativos apresentados, a movimentação dos recursos recebidos dos *royalties* no exercício pode ser resumida da seguinte forma:

RECEITAS DE ROYALTIES

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
I – Transferência da União			5.142.732,69
Compensação financeira de recursos hídricos		0,00	
Compensação financeira de recursos minerais		434.175,04	
Compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto e gás natural		4.708.557,65	
Royalties pela produção (até 5% da produção)	0,00		
Royalties pelo excedente da produção	4.595.742,10		
Participação especial	0,00		
Fundo especial do petróleo	112.815,55		
II – Transferência do Estado			1.226.197,68
III – Outras compensações financeiras			0,00
IV - Subtotal			6.368.930,37
V – Aplicações financeiras			8.718,00
VI – Total das receitas (IV + V)			6.377.648,37

Fonte: Anexo 10 Consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64 – fls. 174/179.

Conforme verificado no Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179 e na declaração de fls. 648, não ocorreu arrecadação de receitas oriundas dos *royalties* previstos na Lei Federal n.º 12.858/13, que determina a aplicação desses recursos na educação e saúde.

1.2) DAS DESPESAS

1.2.1) DESPESAS TOTAIS

A seguir demonstra-se o quadro de despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e recursos hídricos:

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DOS ROYALTIES

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I - Despesas correntes		1.740.762,98
Pessoal e encargos	0,00	
Juros e encargos da dívida	0,00	
Outras despesas correntes	1.740.762,98	
II - Despesas de capital		4.242,00
Investimentos	4.242,00	
Inversões financeiras	0,00	
Amortização de dívida	0,00	
III - Total das despesas (I + II)		1.745.004,98

Fonte: quadro de fls. 644 e demonstrativos contábeis às fls. 645/647.

Como demonstrado, o município aplicou 99,76% dos recursos dos *royalties* em despesas correntes e 0,24% em despesas de capital. Assim, verifica-se a preponderância das despesas de custeio sobre os gastos com investimentos.

Da análise das informações constantes dos autos, verifica-se que o município de [Cantagalo](#) não aplicou recursos de *royalties* em pagamento de pessoal e de dívidas não excetuadas pela Lei Federal n.º 7.990/89 alterada pelas Leis Federal n.º 10.195/01 e n.º 12.858/13.

Conforme informação constante às fls. 649, constata-se que não ocorreram transferências financeiras dos *royalties* para o regime próprio de previdência social.

Embora não tenha sido constatada a realização de despesas de pessoal com recursos dos *royalties* do petróleo, na forma vedada pela legislação vigente, entende-se que a sua utilização deva ser efetuada de forma consciente e responsável, evitando-se o uso inapropriado de tal fonte de recurso.

É sabido que o petróleo é um recurso natural não renovável, portanto, as receitas auferidas em face do recebimento dos *royalties* decorrentes da exploração desse produto tendem, ao longo do tempo, a se esgotar.

Dessa forma, espera-se que a aplicação dos recursos dos *royalties* esteja direcionada a atividades que possibilitem a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável sem prejuízo, contudo, ao meio ambiente.

Para tanto, torna-se fundamental a realização de investimentos num sistema econômico e social capaz de fomentar ações e programas de governo que atendam a demanda da população local, como, por exemplo, programas de habitação, saneamento, urbanismo, agricultura, capacitação de mão de obra, emprego e renda, respeitando-se, certamente, o perfil de cada município. Em outras palavras, deve-se evitar o comprometimento contínuo de recursos dos *royalties* em despesas correntes, uma vez que estas não geram investimentos diretos e podem comprometer o resultado fiscal do município no futuro.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao fato de que as receitas de *royalties* compõem a base de cálculo da receita corrente líquida e, dessa forma, o cumprimento dos limites legais de despesas com pessoal, dívida consolidada líquida, operações de crédito pode ficar extremamente comprometido caso ocorra uma diminuição dessas receitas.

Nesse sentido, considera-se relevante efetuar **recomendação** ao final deste relatório para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

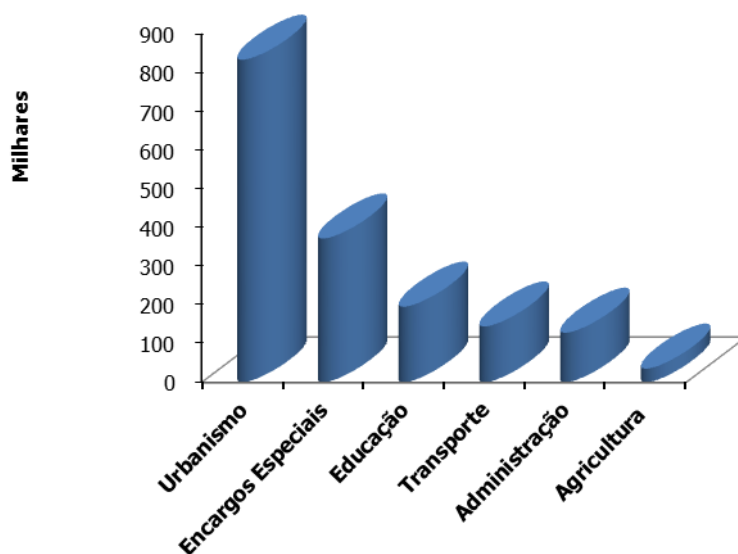
1.2.2) DESPESAS POR FUNÇÃO

O quadro e o gráfico a seguir apresentam a execução da despesa nas maiores funções de governo no exercício de 2016, suportada com recursos dos *royalties*, sendo que o maior gasto foi realizado na função URBANISMO:

Despesa na fonte ROYALTIES por Função		
FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA R\$	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
Urbanismo	833.182,71	47,75%
Encargos Especiais	371.459,61	21,29%
Educação	195.218,89	11,19%
Transporte	144.130,82	8,26%
Administração	127.926,96	7,33%
Agricultura	35.358,98	2,03%
Comércio e Serviços	25.018,92	1,43%
Segurança Pública	12.628,09	0,72%
Comunicações	80,00	0,00%
TOTAL	1.745.004,98	100,00%

Fonte: quadro – fls. 650.

**Despesas com Recursos dos
Royalties por Função**



1.3) DO GRAU DE DEPENDÊNCIA

Considerando o valor recebido a título de *royalties* pelo município de Cantagalo, verifica-se que esses recursos representam 8,29% do total das receitas arrecadadas no exercício, como demonstrado no quadro a seguir:

Receita total (A) R\$	Receita de <i>royalties</i> (B) R\$	Receita sem <i>royalties</i> (A-B) R\$	Grau de dependência (B/A)
76.944.364,77	6.377.648,37	70.566.716,40	8,29%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei Federal n.º 4.320/64, fls. 174/179.

Nota: excluídas as receitas intraorçamentárias e incluídas as receitas de aplicações financeiras.

VIII – RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

Cumprе destacar a importância do pronunciamento dos sistemas de controle interno de cada poder, cujos princípios basilares para o seu estabelecimento originam-se da Seção IX, Capítulo I do Título IV da Carta Magna, realçando-se, por oportuno, tratar-se de matéria afeta à organização dos poderes, portanto, de imperativa observância para que se ponha em funcionamento, ao menos assim o preserve, a tão complexa administração pública.

Certa e pacífica é a competência do sistema de controle interno de cada poder para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em sua esfera federativa, bem como, imprescindível afirmar, também, que lhe é vinculado observar a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas (artigo 70 da CF/88). Todas estas competências em apoio às exercidas pelos Tribunais de Contas.

Os sistemas de controle interno, mantidos de forma integrada pelos Poderes, têm como finalidade (artigo 74 da CF/88):

- I) a avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução de programas de governos e dos orçamentos;
- II) comprovação da legalidade e avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, e patrimonial nos órgãos e entidades de sua esfera federativa, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III) o exercício do controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres de sua esfera federativa; e
- IV) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete ainda aos responsáveis pelo órgão de controle interno a seguinte tarefa, conforme estabeleceu o § 1º do artigo 74 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 74. ...

§ 1º – Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.”

Outrossim, o controle quanto ao montante de sua realização pode ser prévio, concomitante e subsequente. É o que se depreende do artigo 77 da Lei Federal n.º 4.320/64, conforme redação a seguir:

“Art.. 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamento será prévia, concomitante e subsequente.”

Deve-se observar, também, que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) ampliou o escopo das competências fiscalizatórias dos sistemas de controle interno, conforme disposições inseridas no artigo 59 e seus incisos.

Desta maneira, visando o aperfeiçoamento da atuação do controle do município, [as irregularidades e impropriedades](#) apontadas nesta instrução

deverão ser objeto de acompanhamento e correção, mediante a adoção de sistemas de controle implantados pelo Órgão de Controle Interno do Poder com o objetivo de inibi-las no decurso do próximo exercício.

Neste sentido, o chefe do órgão de controle interno deverá ser **comunicado**, quanto à conclusão da análise das contas, para que o mesmo tome ciência do exame realizado, adotando as providências que se fizerem necessárias a fim de elidir as falhas detectadas, informando, no relatório a ser encaminhado no próximo exercício, quais foram estas medidas.

IX – PARECER PRÉVIO

Diante do exposto e,

Considerando, com fulcro no artigo 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir parecer prévio sobre as contas dos municípios para a final apreciação da Câmara;

Considerando que o parecer prévio deve refletir a análise técnica das contas examinadas, ficando o julgamento das mesmas sujeito às Câmaras Municipais;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o parecer prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o município responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar Federal n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe a adoção de medidas de caráter contábil,

financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos municípios jurisdicionados;

Considerando que o gestor não alcançou o equilíbrio financeiro ao final da gestão, visando ao atendimento ao § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

Considerando que o Poder Executivo não cumpriu o disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

SUGERE-SE:

I – Emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação das contas do chefe do Poder Executivo do município de **Cantagalo, Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**, referentes ao exercício de 2016, em face das **IRREGULARIDADES** e **IMPROPRIEDADES** a seguir elencadas, com as **DETERMINAÇÕES** e **RECOMENDAÇÕES** correspondentes:

IRREGULARIDADES

IRREGULARIDADE N.º 1

Deficit financeiro no montante de R\$1.039.374,33, ocorrido em 2016, término do mandato, indicando o não cumprimento do equilíbrio financeiro estabelecido no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 1

Observe o equilíbrio financeiro das contas municipais, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

IRREGULARIDADE N.º 2

Não cumprimento dos ditames do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que veda, nos dois últimos quadrimestres do mandato, a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Conforme os dados do presente relatório, foi apurada, em [31/12/2016](#), uma insuficiência de caixa no montante de R\$1.039.374,33.

DETERMINAÇÃO N.º 2

Adotar as necessárias providências no sentido de atender ao disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101/00 ao final da gestão.

IMPROPRIEDADES E DETERMINAÇÕES

IMPROPRIEDADE N.º 1

Não cumprimento das metas de resultado nominal e de dívida consolidada líquida, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desrespeitando a exigência do inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

DETERMINAÇÃO N.º 1

Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o inciso I do artigo 59 da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

IMPROPRIEDADE N.º 2

Ocorrência de cancelamentos de restos a pagar processados no valor de R\$ 134.392,18, conforme registrado no Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados do Balanço Orçamentário Consolidado, cuja obrigação já fora cumprida pelo credor, não observando o

seu direito adquirido, conforme previsto no artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

DETERMINAÇÃO Nº 2

Abster-se de promover o cancelamento de restos a pagar processados, observando o direito adquirido pelo credor quando da liquidação da despesa, em conformidade com o disposto no artigo 63 da Lei Federal n.º 4.320/64.

IMPROPRIEDADE Nº 3

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, uma vez que foi constatado um *déficit* previdenciário de R\$373.970,40, em desacordo com a Lei Federal n.º 9.717/98.

DETERMINAÇÃO Nº 3

Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei Federal n.º 9.717/98.

IMPROPRIEDADE Nº 4

O Poder Executivo ultrapassou o limite da despesa com pessoal no 1º semestre de 2016, deixando de reduzir o percentual excedente em, no mínimo, um terço nos dois quadrimestres seguintes, em desacordo com o artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00;

DETERMINAÇÃO Nº 4

Cumprir o disposto no artigo 23 c/c artigo 66 da Lei Complementar Federal n.º 101/00, relativamente ao limite de gastos com pessoal.

IMPROPRIEDADE Nº 5

Quanto ao encaminhamento das informações sobre os gastos com [educação e saúde](#), para fins de limite constitucional, utilizando como recurso a fonte “ordinários”.

DETERMINAÇÃO N.º 5

Para que sejam utilizados, nos gastos com **educação e saúde**, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.

IMPROPRIEDADE N.º 6

O valor do *deficit* financeiro para o exercício de **2017** apurado na presente prestação de contas (R\$178.232,11) é superior ao registrado pelo município no balancete do Fundeb (R\$74.642,50), resultando numa diferença de R\$103.589,61.

DETERMINAÇÃO N.º 6

Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do artigo 21 da Lei 11.494/07 c/c o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64.

O *deficit* financeiro apurado para o exercício de **2017** no balancete apresentado pelo município, no montante de R\$74.642,50, deve ser ressarcido à conta do Fundo para se resgatar o necessário equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

IMPROPRIEDADE N.º 7

Detectamos a divergência no valor de R\$337.363,00, entre as disponibilidades financeiras registradas pela contabilidade (R\$3.094.578,75) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$2.757.215,75).

DETERMINAÇÃO N.º 7

Observar o registro de todas as disponibilidades financeiras no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ n.º 248/08.

IMPROPRIEDADE N.º 8

Detectamos a divergência no valor de R\$317.929,77, entre os encargos e despesas compromissadas a pagar registrados pela contabilidade (R\$3.466.914,42) e as evidenciadas no Sigfis/Deliberação TCE-RJ n.º 248/08 (R\$3.148.984,65).

DETERMINAÇÃO N.º 8

Observar o registro de todos os encargos e despesas compromissadas a pagar no Sigfis, em atendimento à Deliberação TCE-RJ n.º 248/08.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO N.º 1

Para que o município atente para a necessidade de estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle de desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do IDEB.

RECOMENDAÇÃO N.º 2

Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

II – COMUNICAÇÃO, com fulcro no § 1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao **atual responsável pelo controle interno da Prefeitura Municipal de Cantagalo**, para que tome ciência da decisão deste Tribunal e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle

externo no exercício de sua missão institucional, prevista no artigo 74 da CF/88, no artigo 77 da Lei Federal nº 4.320/64 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas contas de governo, de forma conclusiva quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial e operacional que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apontando ainda quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas.

III – COMUNICAÇÃO, com fulcro no § 1º do artigo 6º da Deliberação TCE-RJ n.º 204/96, ao **Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula**, atual Prefeito Municipal de Cantagalo, para que seja alertado:

– quanto ao *deficit* financeiro de R\$1.039.374,33 apresentado nestas contas, para que implemente medidas visando ao equilíbrio financeiro até o último ano de seu mandato, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação de suas contas no caso do não cumprimento do § 1º do artigo 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/00.

– quanto à metodologia de verificação do cumprimento do limite mínimo constitucional relativo à aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo (Administração Financeira) a partir do exercício de 2019, encaminhada a esta Corte no exercício de 2020, a qual passará a considerar na base de cálculo as despesas liquidadas e os Restos a Pagar Não-Processados (despesas não liquidadas) até o limite das disponibilidades de caixa relativas a impostos e transferências de impostos, acrescida do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb, nos moldes especificados no Manual dos Demonstrativos Fiscais editados pela STN e operacionalizado pelo SIOPE, conforme exposto no item VI.4.1 do presente relatório.

– quanto à alteração da metodologia para a análise do cumprimento do limite mínimo constitucional de aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, a ser utilizada a partir da Prestação de Contas de Governo Municipal referente ao exercício de 2018, encaminhada a esta Corte no exercício de 2019, a qual deixará de considerar em seu cômputo as despesas com pagamento de proventos aos inativos;

- que a partir da análise das contas referente ao exercício financeiro de 2018, encaminhadas em 2019, esta Corte de Contas não mais computará as despesas com ações e serviços de saúde que não tenham sido movimentadas pelo fundo de saúde, para efeito de apuração do limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal, nos estritos termos da Lei Complementar n.º 141/12.

- para providenciar o ressarcimento, no valor de R\$74.642,50, à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 11.494/07, especialmente do seu artigo 21.

IV – EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ao Ministério Público, para ciência da decisão proferida no presente processo, acompanhado de cópia digitalizada desta prestação de contas de governo.

CGM, 14/07/2017

BRUNO BION DIAS
Assistente
Matrícula 02/004304

Senhor Subsecretário-Adjunto da SSR,

De acordo com a informação precedente, sugiro a emissão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação das Contas de Governo do Município de **CANTAGALO**, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2016**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**.

CGM, 14/07/2017

JULIO CESAR DOS SANTOS MARTINS
Coordenador-Geral
Matrícula 02/003536

Senhor Secretário-Geral de Controle Externo,

Concordando com o inteiro teor do relatório apresentado pela *Coordenadoria de Contas de Governo dos Municípios – CGM*, submeto à sua consideração a sugestão de **PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO** à aprovação das Contas de Governo do Município de **CANTAGALO**, referentes ao **EXERCÍCIO DE 2016**, de responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito, **Sr. SAULO DOMINGUES GOUVEA**.

SSR, 14/07/2017

MARCELO LIMA DE CASTRO
Subsecretário-Adjunto
Matrícula 02/003651

DE ACORDO, com a manifestação da ***Subsecretaria de Auditoria e Controle da Gestão e da Receita – SSR***.

AO GAP, em prosseguimento, nos termos previstos no artigo 2º, do Ato Normativo nº 121, de 24/01/2011.

SGE, 14/07/2017

SERGIO RICARDO DO SACRAMENTO
Secretário-Geral
Matrícula 02/003420